

Capítulo 3

“O silêncio é um grito de socorro”

*“O silêncio é um grito de socorro escondido
Pela alma, pelo corpo, pelo o que nunca foi dito
Ninguém viu, ninguém vê, ninguém quer saber (...)”*

Ana Canãs

A frase que intitula este capítulo, presente na epígrafe, relaciona-se diretamente às narrativas das dez mulheres que são sujeitas deste estudo; faz alusão ao rompimento do silêncio e anuncia que as experiências que fazem parte das memórias subterrâneas das mulheres que sofreram violências tornam-se agora registradas, questionadas, debatidas, materializadas em pedidos de socorro e visibilizadas para esse problema social, configurando-se, ainda, em fontes para outras pesquisas. As histórias orais das mulheres que protagonizam este trabalho estão ligadas às memórias e às narrativas de contextos e experiências de violências que jamais são esquecidas. Os relatos vão além das palavras aqui transcritas, categorizadas e conceitualmente definidas. Partiram, primeiramente, da arte da escuta, de uma troca dialógica e de olhares (Portelli, 2016), marcadas, muitas das vezes, por olhares marejados e vozes embargadas, pois a oralidade apresenta um quadro distinto de apelo fortemente emotivo.

O respeito à identidade das entrevistadas se faz necessário porque grande parte dos relatos nunca havia sido mencionado. Era algo privado demais para ser lembrado. As narrativas constituem-se no embate entre a proteção da própria intimidade e o desejo da pesquisadora em conhecer histórias de mulheres simples e suas experiências num

convívio conjugal violento. Pode ser que ninguém volte a ouvi-las e que elas nem queiram mais relatar tais experiências. Por vezes, este estudo criou, para a pesquisadora, a sensação de impotência perante tantos relatos dolorosos. Durante as transcrições, ouvir repetidas vezes essas falas causava incômodo, sobretudo pelo fato de encontrar as entrevistadas pelas ruas da cidade em momentos posteriores às entrevistas, o que é inevitável numa cidade de pequeno porte como Carangola. O incômodo era e ainda é sentido por lembrar de suas memórias individuais e pelo sentimento de impotência por não ter o que oferecer, senão este trabalho e os produtos advindos dele, que serão encorajadores para outras mulheres que, anônima e silenciosamente, vivem situações parecidas.

Enfim, a atuação da memória esteve presente durante todo este trabalho, decretando fim, ao menos nesses casos estudados, ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres (Perrot, 1989), seja por meio das memórias subterrâneas e perturbadoras que passavam pelas narrações privadas e pessoais captadas pela história oral, seja pelas memórias da historiadora que exercia a arte da escuta, do registro, da análise e da escrita.

A história oral de mulheres, como afirma a historiadora italiana Luiza Passerini (2011), carrega consigo informações sobre os homens, numa recusa em conceber as mulheres e os homens como entidades separadas. A autora disserta:

Estas narrações históricas não apenas colocam em evidências problemas e aspectos que outras fontes não

evidenciam, como o papel das emoções no cruzamento entre público e privado, mas contêm silenciamentos problemáticos, que indicam as tensões entre a subjetividade e a pesquisa histórica (Passerini, 2011, p. 99-100).

A relevância da história oral para a história das mulheres, na concepção de Passerini (2011, p. 101), amplia as noções conceituais de análise para além do gênero, por combinações entre gênero, geração, corpo, cor e pertencimento cultural e religioso. Essas abordagens só foram possíveis com a emergência dos debates iniciais sobre a categoria “gênero”, que indicavam uma nova modalidade de estudos inserida nas tendências historiográficas. Essa nova modalidade, por sua vez, permitiu investigar a construção social das diferenças entre homens e mulheres e hoje se amplia pela categoria “mulheres”, tornando os estudos de gênero uma questão transversal, como disserta Pedro (2011).

Seguindo essa perspectiva transversal é que os relatos apresentados a seguir foram estudados, problematizados e contextualizados. As narrativas permitem reconstituir decursos cotidianos que geralmente não estão registrados em outro tipo de fonte (Alberti, 2004). É por meio delas que se analisa a presença dos ideais patriarcais na cidade de Carangola e como e por que a violência doméstica e familiar é silenciada na localidade, já que as memórias registradas pela história oral estão ligadas à sua condição e ao seu lugar na família e na sociedade, como afirma Perrot (1989).

Este capítulo foi dividido em seis seções, as quais abordam as experiências de violências. Para essa divisão, levou-se em consideração o estudo de Montserrat Sagot (2000), “Rotas

críticas de mulheres afetadas pela violência intrafamiliar, realizado em dez países da América Latina”.³² Nesse estudo, a teórica busca conhecer os fatores que impulsionam o início de uma chamada “rota crítica”, quando a mulher decide apropriar-se de sua própria vida e busca ajuda para levar adiante sua decisão de romper com situações de resignação e violência. A pesquisa de Sagot levou em consideração contextos sociais locais para buscar respostas para a violência intrafamiliar, problema social de grandes dimensões que constitui entraves para o desenvolvimento socioeconômico, que consiste em grave violação aos direitos humanos e é favorecido pela invisibilidade ou subnotificação de casos, por ser considerado de foro da vida privada.

De maneira semelhante, este livro apresenta a violência doméstica sob um contexto social com marcadores de sociabilidade típicos de cidades pequenas e que, por isso, apresenta fatores que determinam o silenciamento dos casos de agressão às mulheres. Dessa forma, tendo o trabalho de Sagot como referência, o capítulo foi organizado nos seguintes blocos temáticos: 1) Tipos de violência relatados pelas entrevistadas; 2) Violência psicológica, destruição da autoestima e silenciamento; 3) Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo; 4) A violência contra a mulher idosa; 5) Medo: fator que inibe ou impulsiona a “rota crítica”; e, por fim, 6) Recomeço.

³² Título traduzido pela autora. Ver original: SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

Tipos de violência relatados pelas entrevistadas

Os estudos de gênero permitiram compreender a complexidade da violência contra a mulher e visualizaram como as diferenças entre os sexos serviram de marcadores de poder. Quando a categoria gênero passou a ser compreendida de maneira distinta do conceito biológico de sexo, implicando na ideia de pluralidade, comportamento e construção social, tornou-se referência para o entendimento da violência contra a mulher. Desse modo, o questionamento ao dualismo hierarquizado entre homens e mulheres concebeu que todo e qualquer ato de agressão que tenha por base o fato de a vítima ser mulher consiste em uma violência de gênero. Sobretudo nas sociedades patriarcais, nas quais a figura do homem foi definida como privilegiada, a condição de desigualdade e a dominação masculina estabeleceram estreitas relações com o poder, fazendo com que os espaços domésticos e familiares tornassem locais designados à violência contra as mulheres. Esse modelo de família estabeleceu-se entre os romanos, tornando-se influência na Península Ibérica, que, por sua vez, afetou o comportamento e os modos de vida nas colônias ibero-americanas.

No Brasil, desde o período colonial, as normas eclesiásticas, civis e sociais impuseram regras comportamentais, nos matrimônios³³ de modo ainda mais contundente e, por conseguinte, ao papel da mulher na sociedade. Para colocar em prática tais normas e o que se esperava para o

33 Maria Beatriz Nizza da Silva realiza uma ampla discussão sobre as normas que regiam o casamento no Brasil colonial a fim de analisar a cultura durante o período. Sobre o assunto, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

comportamento feminino, a violência passou a ser utilizada e justificada como uma maneira de manter e legitimar o poder masculino de pais e, posteriormente, de maridos. Sob os ditames de uma sociedade sustentada pelo poder masculino, as práticas da violência contra as mulheres necessitam ser analisadas conforme as premissas sociais que as consideram assunto de prerrogativa particular, e que por isso calam muitas vezes oprimidas pelo medo, pela vergonha ou pela culpa.

Romper o axioma de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” não é tarefa simples, assim como a violência doméstica também não é algo simplório, pois as mulheres não experimentam só um tipo de agressão, mas várias formas de abuso. Durante o trabalho com o grupo de mulheres pesquisadas, percebeu-se que a maioria delas discernia a quais tipos de violência estava submetida. Ao analisar os relatos, elaborou-se o Quadro 2, que sistematiza as violências mencionadas pelas entrevistadas:

Pseudônimo	Formas de violências
Ana	Psicológica e moral
Bruna	Psicológica, moral, patrimonial, sexual, física
Carmela	Psicológica, moral, patrimonial, física
Daniela	Psicológica, moral, patrimonial, física
Eulália	Psicológica, física
Luciana	Moral, física
Margarida	Psicológica, moral, patrimonial, sexual, física
Maria	Negligência, física
Rosa	Física
Vera	Moral, física e sexual

Quadro 2: Formas de violências sofridas pelas entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do Quadro 2 possibilita identificar e quantificar as formas de violência e relacioná-las a cada entrevistada. Percebe-se que a maioria estava sujeita a mais de um tipo de agressão. Entre os dez casos estudados, em que diferentes tipos de violências podem coexistir, nove são relacionados a violência física, sete a violência moral, seis a violência psicológica, quatro a violência patrimonial e três a violência sexual.

A ocorrência concomitante de várias formas de violência é avaliada por Luciane Silva, Elza Coelho e Sandra Caponi (2007), as quais consideram que é difícil entender a ocorrência da violência física sem a presença da violência psicológica, visto que ela acompanha todas as manifestações da violência familiar. Assim, é relevante destacar que as categorias de violência não são excludentes e, embora haja diferentes tipos, elas se entrelaçam.

Com o intuito de “meter a colher” nas relações conjugais das entrevistadas, procurou-se, no momento da realização das entrevistas, colaborar para que elas pudessem identificar mais facilmente as formas de violências sofridas. Para tanto, utilizaram-se as definições retiradas da cartilha da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Leal; Silva, 2010).

1) Violência física: agressão ao corpo por meio de socos, empurrões, chutes, mordidas ou pelo uso de armas; 2) Psicológica: constrangimentos, humilhações feitas em público ou em casa. São condutas que abalam o emocional e a autoestima; 3) Moral: ações que afetam a imagem da mulher diante da sociedade ou diminuem o conceito que ela tem de si mesma, com palavras ofensivas e/ou xingamentos; 4) Patrimonial: o quebra-quebra de móveis, eletrodomésticos ou objetos

de casa, bem como o ato de reter ou destruir documentos pessoais e 5) Sexual: é aquela em que a mulher é obrigada a presenciar ou praticar relações sexuais não desejadas (Leal; Silva, 2010, p. 4).

A escolha dessa cartilha para colaborar na identificação das formas de violências a que as entrevistadas estão ou estiveram sujeitas deu-se pelo fato de o material apresentar ilustrações e definições sucintas dos diferentes tipos de violências. Contudo, a maioria das entrevistadas não necessitou das descrições dadas pelo material para reconhecerem as violências a que estiveram submetidas, pois as mencionavam em seus relatos. Em alguns casos a identificação foi feita posteriormente à realização das entrevistas, no momento de transcrição e análise.

Sabe-se que o estudo da violência no campo das relações de gênero tem um longo caminho a ser percorrido, já que são amplas as formas de agressão dirigidas ao sexo feminino (Nader, 2006, p. 235) e que a violência doméstica possui características específicas, sendo uma das mais relevantes a rotinização (Saffioti, 1997, p. 90). Além disso, a violência é um ato praticado por alguém que se quer bem, ou seja, existe ou existiu uma relação de afeto entre agressor e vítima. Dado o contexto de história de vida que envolve o casal, em alguns casos a violência perdurou por anos de opressão. Ela se materializa como um conflito produzido sob a relação hierárquica de poder, de hegemonia masculina. É histórica e culturalmente legitimada, com as mulheres sujeitas a agressões objetivas e subjetivas, nos espaços públicos e privados.

O tópico a seguir discorre sobre a violência psicológica, uma das formas mais mencionadas pelas entrevistadas, e avalia como esse tipo de abuso impacta a dignidade da mulher.

Violência psicológica, destruição da autoestima e silenciamento

Quando você vai imaginar que a pessoa que você escolheu para casar, para ser feliz, constituir uma família, vai te fazer tanto mal? Explica-me?!

(Ana, 2016).³⁴

Com essas palavras, Ana, professora universitária e arquiteta, demonstra como é difícil denunciar as agressões que partem de uma pessoa com quem a vítima mantém relações íntimas de afeto; evidencia como o rompimento de uma relação conjugal violenta envolve questões emocionais e objetivas que desestruturam o cotidiano, afeta filhos e familiares e ainda pode significar risco de morte para a mulher. Esse contexto complexo foi vivenciado por nove das dez mulheres entrevistadas, já que uma delas ainda vive em situação de violência.

Ana é um caso peculiar para este estudo em dois aspectos. O primeiro é que ela é a única participante que não sofreu violência física. A violência psicológica, contudo, foi constante,

³⁴ Referências a Ana, 2016 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em outubro de 2016 na cidade de Carangola.

suportada ao longo de sete anos, num relacionamento tenso e autodestrutivo.

O segundo aspecto é o fato de que sua família e amigos formaram uma rede de apoio eficiente que a ajudou durante todo o processo, desde a denúncia, momento em que teve de se esconder do ex-marido, até o período da entrevista, quando ainda enfrentava algumas dificuldades no relacionamento com ele, especificamente no que diz respeito à única filha do casal, que sofria com os excessos do pai. Apesar de não ter vivido o processo de silenciamento no sentido mais amplo da palavra, Ana experimentou os típicos momentos característicos de mulheres em situação de violência conjugal, como a culpabilização e a destruição de sua autoestima, dadas as sutilezas da violência à qual estava sujeita.

Na entrevista, Ana registra como o caráter sutil da violência pode ser cruel para a mulher.

A minha relação com o André foi uma coisa muito louca, porque durante anos da minha vida eu passei por esse massacre mental e eu não enxergava que a cada dia estava ficando mais deprimida, mais triste. Mas isso tudo é muito sutil, entendeu?! Tinha isso! Ele sempre me colocava com inferioridade. Mesmo eu sendo profissionalmente muito melhor que ele. Eu, profissionalmente, o ajudava! Pra me diminuir o tempo todo. Isso foi sendo tão sutil! A personalidade dele é uma coisa que, ao mesmo tempo em que a pessoa faz, faz isso com você, depois te adula. Então você fica sempre nessa dubiedade? No final de tudo eu comecei a achar que eu era doida, que estava ficando maluca. Que nada do que eu estava pensando era de verdade, que ele que tinha razão em tudo, comecei a duvidar da minha sanidade. Sabe? (Ana, 2016).

Três aspectos relevantes podem ser analisados a partir dessa exposição, quais sejam: 1) a presença da violência psicológica e sutil; 2) a destruição da autoestima; e 3) a culpabilização da mulher pela violência sofrida.

Nader (2006) esclarece que a violência sutil é abstrata, impalpável, não deixa marcas no corpo físico e apenas é percebida pela pessoa que a experimenta. Traduz-se também pela solidão no casamento, resultado do desprezo do parceiro e que se transforma na violência sutil do distanciamento e da separação dentro de casa.

Seguindo essa mesma premissa, Mary Miller (1995) alerta que os profissionais que trabalham com mulheres vítimas de abuso relatam que o dano do abuso psicológico é muito mais difícil de ser eliminado do que o abuso físico, pois nos ferimentos se colocam ataduras; porém, o abuso não-físico não pode ser igualmente alcançado (Miller, 1995, p. 53-99).

As violências, sutil e psicológica, destruíram a autoestima de Ana, despertando o sentimento de culpabilização, já que a naturalização da violência contra a mulher é um dado cultural da sociedade, e, também, porque as vítimas de abusos têm seu mundo virado de cabeça para baixo, e a sua mente retorcida destrói as diretrizes nas quais confiava. Percebe-se, portanto, que o abuso psicológico manipulava pensamentos e sentimentos e afetava seu bem-estar ao ponto de haver uma inversão, ou seja, os abusos eram cometidos pelo ex-marido, mas era ela quem se sentia culpada e fracassada. Essa prática é considerada comum nas relações abusivas, tal como disserta Miller:

O homem abusivo atribui à mulher os próprios sentimentos de fraqueza que ele não reconhece e, portanto, é capaz de agredi-la em vez de agredir a si mesmo. Inadequado, ele fica zangado com a estupidez dela; não amado, ele a acusa de infidelidade; inseguro, ele destrói a sua força; fora de controle, ele a castiga pela desobediência: culpado, cumula-a de culpas (Miller, 1995, p. 113).

Nesse mesmo sentido, Machado e Grossi afirmam:

(...) essa sutileza faz parte das técnicas de controle e terrorismo psicológico que se instauram em prejuízo da pessoa que sofre a violência. Como a prática é sutil e repetitiva, estabelece-se um estado de confusão mental em que o ofensor procura meios de fazer com que sua vontade predomine (Machado; Grossi, 2015, p. 565).

O ex-marido de Ana usava a violência psicológica para impor seu poder. Tal assertiva respalda-se em Arendt quando mostra que a violência é instrumental por natureza e é racional na medida em que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la (Arendt, 2011, p. 99). Dessa forma, observa-se que as agressões psicológicas são instrumentos de dominação simbólica utilizados pelo agressor para exercer seu poder sobre a companheira. A força simbólica desse domínio está inscrita nos aspectos sociais, de pensamento e comportamento, e, ainda, na divisão do trabalho.

A culpabilização pela violência sofrida, inculcada em Ana, diz respeito também ao trabalho por ela exercido, já que o casal trabalhava no mesmo ramo profissional; ele, engenheiro civil, e ela, arquiteta. Dessa forma, o empoderamento dela através do reconhecimento profissional significava o

desempoderamento dele, dentro da lógica da dominação masculina.

Destarte, a violência conjugal objetivava atingir simbolicamente o espaço privado (relacionamento íntimo do casal) e o espaço público (disputa pelo reconhecimento profissional). Há que se destacar que a distinção profissional de Ana é notória na cidade e na região, o que certamente incomodava seu ex-marido.

O fato que culminou com a separação de Ana foi uma agressão verbal ocorrida no aniversário da única filha do casal, proferida em meio aos familiares e convidados, sobretudo crianças. Ana conta que o convívio entre eles já estava insuportável devido aos diversos episódios de agressões e que sua autoestima estava destruída:

Eu não tinha força pra nada. Só Deus sabe como eu fiz esse aniversário. Eu lembro que meu pai foi buscar os doces pra mim, minha mãe foi buscar os salgadinhos, eu não tinha força pra nada. Sabe, força? [Voz embargada.] Eu esgotei, eu esgotei (Ana, 2016).

A tolerância de Ana com as reiteradas agressões verbais de seu ex-marido destruiu seu comportamento ativo. Tanto nos aspectos profissionais quanto pessoais, ela considerava que a vida não evoluía e a festa de aniversário da filha foi o gatilho para a separação de um casamento que há anos já se desgastara.

Ninguém sabe a dor que é. Eu sofri demais, gente! Eu sofri o pão que o diabo amassou. Eu achei que eu ia ter uma

doença grave, um câncer, uma... qualquer coisa! Eu tinha uma dor, eu tinha uma dor física, aqui assim [mostrou a barriga] [...] Eu tinha uma dor no peito, uma dor... dor física de tristeza (Ana, 2016).

O jogo de poder imposto por ele funcionava como um redemoinho de desorientação, enfraquecendo a força e a saúde e esgotando Ana fisicamente, como bem define o trecho de sua fala. O reconhecimento da violência psicológica requer da mulher uma postura proativa dificilmente viável perante a situação de opressão a qual está submetida.

Conforme afirma Miller:

Se é preciso uma catástrofe para que uma mulher com olhos roxos e cortes e equimoses enfrente o fato do abuso, imaginem a dificuldade das mulheres com feridas invisíveis para admitir o abuso, até mesmo para si mesmas. Não há ninguém para confirmar o abuso não-físico ao qual elas são submetidas na forma de palavras, manipulação e ações dissimuladas, e ninguém para lhe dizer, "Oh, coitada! Por que você aguenta isso?" (Miller, 1995, p. 179-180).

Ainda no que diz respeito ao silenciamento da violência e da destruição da saúde e autoestima das entrevistadas, destacaram-se os casos de Bruna e Margarida, que viveram longos períodos de relacionamento com agressões extremas.

O silêncio de Bruna perante as violências às quais foi submetida durou dez anos, segundo relatou. Desde o início do casamento, já na viagem de lua de mel, o marido de Bruna demonstrava ser uma pessoa agressiva, o que, conforme indicamos, havia sido percebido anteriormente e alertado

pela irmã dela. No entanto, a entrevistada contou que a condição financeira do marido e o que ele a proporcionava, como as viagens internacionais, traziam encantamento e esperança de dias melhores. A primeira agressão física que sofreu foi quando a primeira filha ainda era recém-nascida. Ele a agrediu com um forte tapa no rosto que a deixou marcada, constringendo-a no ambiente de trabalho, dado que, naquela ocasião, já havia retornado à sua jornada profissional. Logo após a agressão, o marido se mostrou atencioso, presenteou com objetos caros, demonstrou a todos que era um pai exemplar.

Era extremamente atencioso, presenteava com coisas que tinham valor alto, e aí eu me silenciava. E, eu ficava um tempo sem falar com ele. Para ele, isso era meio o que me sustentava, mas era meu temperamento mesmo, então eu silenciava. Até verbalizar, pedir desculpa, para ele, era mais complexo. O "desculpar" dele era a gente fazer alguma viagem ou me compensando com alguma coisa cara e os presentes eram sempre, de fato, do meu gosto (Bruna, 2016).³⁵

Como afirmam Moreira, Ribeiro e Costa, o sentimento de ambivalência do "homem que bate, desvaloriza, é também o que protege, sustenta, é bom pai" (1992, p. 178), presente na relação conjugal violenta, dificulta o enfrentamento e fortalece na mulher a espera por mudanças de comportamento por parte de seu companheiro.

35 Referências a Bruna, 2016 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em dezembro de 2016 na cidade de Carangola.

Com base nessa expectativa e nas ações dúbias do agressor, a mulher vivencia contínuas experiências de agressões, veladas por vizinhos e pela comunidade, pois a sociedade considera a violência doméstica como assunto da esfera privada e não como uma prática violadora dos direitos humanos. Desse modo, cria-se permissividade com a violência que ocorre dentro das casas. O sentimento de ambiguidade se estende aos familiares e vizinhos, que muitas das vezes não acreditam que aquele “bom pai” e “bom profissional” possa ser um marido violento, uma vez que não há um perfil definido para o agressor e nem para a vítima.

O ex-marido de Bruna, perante a comunidade, passava-se por um indivíduo cortês e, nas palavras da entrevistada, ele “*era muito educado, educadíssimo! Se você conversasse com ele, nossa! Educadíssimo, cortês, atencioso!*”. A imagem de marido educado e bom pai fazia com que Bruna mantivesse o silenciamento e estendesse sua vivência no ciclo da violência, mesmo que seu corpo mostrasse evidências de que nada estava bem, como relata:

[...] eu me sentia acabada, eu emagreci, a minha forma de vestir, o cabelo, cuidado comigo, eu não tinha nada. A gente vai se retraindo de uma forma que você depois não tem mais força pra você sair. [...] Era visível que eu não estava bem pela minha condição física. Ai o que ele fez? “Vamos para a Disney levar as meninas, vamos todos em família!” Eu tenho fotos minhas de lá, a minha fisionomia está visivelmente abatida (Bruna, 2016).

O abatimento de Bruna e a destruição de sua autoestima reforçavam o medo que sentia do agressor e, também,

desencorajavam o enfrentamento. Suportar o sofrimento da violência, de forma silenciosa, faz parte do imaginário social da identidade feminina, que naturaliza esse sofrer como resignação, internalizado como destino natural feminino.

O processo de socialização da mulher inculca que a resignação retrata uma aceitação ao sofrimento, reconhecida como virtude perante a sociedade, o que denota também docilidade e conduta passiva. No caso de Bruna, o desgaste de sua autoimagem corroborou com a passividade e a sujeição.

Eu lembro que uma vez a gente estava pra sair e ele falou assim: "Bruna, você está horrorosa! Você está gorda!". Eu fui para uma festa, um aniversário de casais que a gente tinha contato, mas destrocada! Eu me sentia feia, autoestima baixíssima. Então jamais eu ia conseguir alguma coisa naquela situação que eu estava. Eu percebi ali naquele momento que eu não ia conseguir fazer esse movimento de me separar (Bruna, 2016).

A sensação de incapacidade de agir para romper com a relação violenta encontra suporte na dominação masculina exercida no âmbito privado. O ambiente doméstico representa um campo de disputas de poder, no qual a mulher é sempre vencida pelo homem. A violência vivida no espaço doméstico contribui para o silenciamento, já que "a representação social da violência entre homens e mulheres é tida como intrínseca à relação conjugal" (Moreira; Ribeiro; Costa, 1992, p. 185). Nesse contexto, a violência se faz estratégia necessária para imposição do papel do macho, para a castrição da mulher e para a manutenção da família.

A destruição da autoestima e o silenciamento também fizeram parte do cotidiano de Margarida. Essa narradora vivenciou diversas formas de violência em diferentes épocas e contextos. Sofreu abandono, negligência, exploração de mão de obra, tentativa de estupro, incesto e discriminação. No entanto, em seu relato, é notório o peso que ela dá para as violências físicas cometidas por seu ex-companheiro. Parece haver, por parte da entrevistada, a naturalização do processo de violência, possivelmente em decorrência de um *continuum* de experiências que envolveram violências de todos os tipos. O fato de ser uma "menina do orfanato", como ela mesma afirma, corrobora com as sujeições às violências de que padeceu e, por isso, a agressão do companheiro, em quem ela "realmente confiava", representa para ela a mais dolorosa. Isso porque a violência conjugal é uma forma particular de violência, dada a relação afetuosa entre agressor e vítima. O laço de afetividade entre o casal estabelece a ambivalência que parece dificultar o enfrentamento da violência (Moreira; Ribeiro; Costa, 1992).

O sentimento da vítima em relação ao agressor passa a ser permeado pelo dualismo ante o envolvimento amoroso e a repulsa à agressão sofrida. Essa duplicidade de sensações faz com que a mulher se cale mediante as agressões, pois passa a atribuir ao homem características que visam desculpabilizá-lo, tais como dificuldades emocionais, traumas, alcoolismo e consumo de drogas. Da mesma forma, buscam aspectos positivos para acreditar que podem suportar as agressões a fim de preservar o relacionamento. Tal percepção é confirmada quando Margarida afirma que ele "*era um homem direito, trabalhador, caráter de um homem*

assim de um bom casamento, mas, porém, era um homem muito orgulhoso e possessivo”.

Constata-se que, para ela, as agressões do companheiro representavam, em primeiro lugar, um sentimento de desilusão com o relacionamento, o que causava desencanto com seu matrimônio. Essa sensação decorre do posicionamento subalterno da mulher nos espaços privados e o desempenho de papéis sociais subservientes. Mesmo com as novas configurações da sociedade, o patriarcado manteve suas premissas pautadas no poder e na autoridade masculinos, e a mulher arcou com o ônus da restrição de sua atuação social. Nesse arranjo, a vida familiar imposta culturalmente continua a exigir um tipo de mulher dedicada ao cuidado dos filhos e à organização da casa, da mesma forma que sua sexualidade se presta mais a atender aos desejos do homem do que aos seus, submetendo-se a uma relação conjugal oposta ao ideal esperado por ela. Corroborando tal assertiva, Margarida relata atos de sujeição ao ato sexual com seu companheiro, demonstrando estratégias para enfrentar a relação sexual indesejada e compulsória.

Não era marido e mulher, não tinha desejo, não tinha nada. Às vezes, eu até, desculpa falar, eu até imaginava Roberto [um amigo que ela tinha e que despertava ciúmes no marido e é citado recorrentemente na entrevista] na hora do sexo pra poder acabar rápido. Pedia a Deus pra acabar rápido, pedia a Deus pra acabar o sentimento de alegria dele, porque eu tinha nojo, nojo! Então, foi um bom tempo vivendo esse casamento assim de fachada.

Chamava-o de amor, quando na verdade não queria chamar (Margarida, 2016).³⁶

Para a maioria das mulheres, a insistência no relacionamento com episódios de violência ocorre por questões interpessoais e pela cobrança da sociedade para que tenham um companheiro de maneira permanente. A convivência com um parceiro constantemente violento era a realidade da entrevistada, pois o ex-marido de Margarida todos os dias colocava em prática suas investidas violentas. Ela narrou que a violência era constante e afirmava sua condição de subserviência ao companheiro e às tarefas domésticas, socialmente atribuídas como obrigações da mulher. A entrevistada atesta sua introjeção à naturalização do seu papel social de esposa e ao cumprimento das tarefas domésticas de cuidado com a casa.

Os padrões culturais e históricos interferem na determinação biológica na divisão dos papéis sociais, conferindo rigidez no dualismo dos padrões de ser homem e de ser mulher. Os discursos normativos legitimam a dominação masculina, determinando ao homem a função de chefe da casa e, à mulher, subalternidade e dependência. Dessa maneira, o patriarcado, enquanto sistema sociopolítico, subjuga as mulheres, subordinando-as à realização de serviços domésticos para os membros da família (Bruschini, 1990).

³⁶ Referências a Margarida, 2016 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em setembro de 2016 na cidade de Carangola.

Nessa lógica, o espaço doméstico foi sendo desvalorizado, da mesma forma que todo o tipo de trabalho ou atuação relacionada a ele. A força da ordem masculina pode ser afetada pelo fato de que ela não precisa de justificação, como afirma Bourdieu (2017). A violência simbólica está de tal forma incorporada na relação de dominação que parece algo natural. É por meio dessa dominação simbólica que Margarida afirma que “você sabe que tem que dar comida pro seu esposo, tem que arrumar a casa pro seu esposo”, pois a sociedade espera que a mulher faça tudo para agradar ao marido (Nader, 2006).

Na família, a hegemonia masculina se ancora no patriarcado como sistema de “dominação-exploração”, como considera Saffioti (1987). Para a autora, a dupla dimensão do patriarcado está presente tanto quando a mulher desempenha o papel de “dona de casa” quanto o de trabalhadora. O sistema de valores produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares afirma a situação de dupla exploração da força de trabalho feminino e legitima a inserção da mulher na produção sem questionar a divisão sexual do trabalho doméstico. Saffioti (1987) destaca ainda que a subordinação da mulher ao homem é marcante no campo econômico e, mesmo que ela trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas.

No caso de Margarida, o ex-marido questionava o cumprimento de atividades domésticas exercendo o poder do

macho,³⁷ subordinando a esposa e efetivando a supremacia garantida pelo patriarcado. Segundo a entrevistada, ele falava:

“Ô mulher, por que você não lavou isso aqui? Por que a cozinha está assim?” Tratava-me de forma brusca, como se fosse não mulher dele, mas sim como empregada. Tinha vergonha de eu sair com ele. Tinha festa que ele ia e não me levava (Margarida, 2016).

A violência era utilizada para reafirmar o papel social imposto culturalmente às mulheres, a resignação ao espaço privado da casa, o cuidado dos filhos e as atribuições domésticas. Bruschini (1990, p. 55) afirma que a família é o lugar do adestramento para a adequação social e nesse espaço os homens utilizam seu poder de dominação para ajustar condutas femininas que não sejam compatíveis com os códigos morais patriarcais nos quais foram adestrados e agem com violência para praticá-los.

No que tange à situação de violência vivenciada por Margarida, o fator de dependência econômica ao ex-marido nutria seu silenciamento, conforme relata.

Eu dependia dele porque ele não me deixava trabalhar, não deixa eu fazer nada. Então tudo que eu tinha, na minha cabeça, eu dependia dele. Eu tenho que tratar ele bem, por causa da minha filha. Eu tenho que tratar bem

37 Expressão utilizada por Heleieth Saffioti que afirma que, dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Sobre o assunto, ver: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 79.

dele porque ele que paga minha comida, ele que faz isso e aquilo (Margarida, 2016).

A dependência econômica do parceiro inviabiliza a separação e deixa as mulheres inseguras de tomarem as rédeas de suas próprias vidas. Os relatos de Margarida dão conta de como a falta do trabalho remunerado engessa a ação das mulheres, impossibilitando a tomada de decisões pessoais, isto é, não havendo qualquer tipo de empoderamento e alcance das “liberdades substantivas”, como aponta Sen (2000).

Nesse sentido, Saffioti (1987) considera que a dependência financeira constitui vínculos muito mais fortes do que os laços de amor, de carinho e de solidariedade. Isso porque o patriarcado abarca um sistema mais amplo do que a ideologia machista, pois consiste num sistema de exploração que está fundamentalmente ligado ao setor econômico.

Em vista disso, a conquista do espaço público por meio do trabalho remunerado representa uma possibilidade de romper as amarras de uma relação conjugal opressora e violenta e de sustentar decisões e posicionamentos por parte das mulheres. O empoderamento da mulher através do ingresso no mundo do trabalho pode ser considerado como um dos alicerces do processo de enfrentamento da violência.

Outrossim, a rede de apoio ao enfrentamento da violência é fundamental, pois o isolamento dificulta ainda mais a situação das mulheres da cidade de Carangola. Por se tratar de uma cidade do interior de Minas Gerais, o acesso aos serviços de atendimento torna-se mais penoso. Os que existem, como

o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Conselho Tutelar, apesar de serem fundamentais, não recebem o tratamento necessário por parte dos gestores públicos. Faltam veículos para a realização de visitas domiciliares e incentivos para que os profissionais participem de formação continuada. Essa realidade é comum em outras partes do Brasil, como Prado e Sanematsu afirmam:

Ao lado das questões culturais, muitas mulheres podem enfrentar dificuldades bastante concretas, como o isolamento físico. As que vivem no campo, na floresta e em comunidades ribeirinhas estão mais distantes da maioria dos serviços de atendimento e enfrentamento à violência, ainda concentrados nas capitais e grandes cidades (Prado; Sanematsu, 2017, p. 68).

Assim, nas cidades do interior, a família, os amigos e os vizinhos representam os principais apoiadores das mulheres em situação de violência que necessitam enfrentar os agressores, principalmente no momento posterior à denúncia. Em uma cidade pequena como Carangola, para além da proximidade com os vizinhos, que também ocorre em localidades maiores, é comum que parentes residam próximos uns aos outros. Esse tipo de contato faz com que a violência seja vivenciada por todos, como no caso de Margarida, que tinha uma prima como vizinha.

Aí ele pegou um garfo quente e enfiou assim no meu pescoço. Nisso eu comecei a chorar e a minha prima que morava em cima da minha casa falou: "Margarida, sobe agora aqui pra casa e traz os meninos!". Me enrolei na toalha e subi com meus meninos (Margarida, 2016).

Tanto em cidades de pequeno porte, quanto nas grandes cidades, os vizinhos são aqueles que sempre testemunham agressões, mesmo que se calem temendo represálias. Margarida menciona que seus vizinhos sabiam da violência que ela sofria do ex-marido:

Aí que eu fiquei sabendo que a minha prima e a vizinhança lá em cima sabiam que todo dia à noite eu era espancada por ele. E nisso levou lá pro meu tio que mora em Fervedouro. Falavam assim: “sua sobrinha vai acabar morta aqui, porque todo dia quando chega a noitinha ou madrugada ela oh...” [fez sinal de agressão] (Margarida, 2016).

A proximidade com os vizinhos é referida por Norbert Elias (1987) na obra *A Sociedade de Corte*. Ele destaca os modos de vida em sociedades em que há proximidade entre os indivíduos e a arte de observar os outros e censurar sentimentos são como normas que disciplinam ações. Mesmo que haja silenciamento da violência por parte das mulheres, sempre haverá alguém que saiba que existe uma mulher vivenciando agressões e, em razão da naturalização dos papéis sociais de gênero, é comum que a comunidade pense a violência sofrida pela mulher como um problema de foro íntimo e busque justificativas para tal fato.

Em situações nas quais a proximidade entre a população é maior, Elias (1994) afirma que o controle do comportamento individual é feito pela presença constante dos outros e por uma longa convivência de proximidade. Esse autor ainda reforça que nesses tipos de sociedades, chamadas por ele de “mais simples”, há menos alternativas, menos oportunidades

de escolhas, e é “frequente haver diante das pessoas um único caminho em linha reta desde a infância e um caminho para as mulheres e outro para os homens” (Elias, 1994, p. 110).

O controle e o medo caminham juntos no cotidiano das mulheres pesquisadas, ambos atrelados à dimensão simbólica presente nas relações de poder. Se a conjuntura local se traduz em códigos normativos de dominação masculina, cristaliza-se a postura de submissão e silêncio sobre as agressões sofridas. O medo das agressões alia-se ao temor pelo julgamento da comunidade, ávida por controlar o comportamento das pessoas em todas as esferas da vida. Esse controle social reforça a culpabilização e reproduz a naturalização e a banalização dos atos violentos contra as mulheres que residem em cidades pequenas.

Seguindo a abordagem do silenciamento relacionado à violência doméstica e familiar, aborda-se no tópico a seguir a violência sexual no âmbito conjugal, mencionada por três das dez entrevistadas.

Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a violência sexual, inclusive a praticada pelo parceiro íntimo, como violação dos direitos humanos e problema de saúde pública de escala global. No documento “Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher – Ação e produção de evidência” (OMS, 2010), a OMS traz definições dos termos “violência do parceiro íntimo” e “violência sexual”.

Violência do parceiro íntimo: comportamento dentro uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores. Essa definição cobre violência pelos cônjuges e parceiros atuais e passados;

Violência sexual: qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção (OMS, 2010, p. 11).

Nesse relatório, a OMS salienta que tais agressões consistem numa das mais cruéis formas de violência contra as mulheres, pois se manifestam na apropriação do corpo feminino e causam danos profundos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social do indivíduo e da família. Pode ocorrer em qualquer idade – inclusive durante a infância – e ser perpetrada por pais, provedores de cuidados, conhecidos e estranhos, bem como por parceiros íntimos. Ambas as formas de violência são, na maioria das vezes, cometidas pelos homens contra meninas e mulheres, contudo o abuso sexual de crianças masculinas é também comum. A violência pelo parceiro íntimo pode ser, ainda, perpetrada por mulheres contra homens e pode ocorrer no âmbito de relações entre pessoas de mesmo sexo (OMS, 2010).

A violência praticada pelo parceiro íntimo, dada sua especificidade, é oculta e difícil de ser mensurada estatisticamente. No entanto, pesquisas realizadas pela OMS em onze países sobre a saúde da mulher e a violência doméstica (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015) indicam que 15% a

71% das mulheres sofrem violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas.

No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015) registrou 47.643 casos de estupro em todo o país, o que dá uma média de um estupro a cada onze minutos. Embora esses dados sejam alarmantes, não contemplam efetivamente a realidade, pois muitos casos ocorrem no âmbito das relações afetivas e não são notificados ou sequer são identificados pelas vítimas como estupro. Esse alerta é destacado no Anuário, o qual registra que apenas 35% dos crimes sexuais são notificados.

Em Minas Gerais, um estudo realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) em articulação com dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado de Segurança Pública) e pelo Poder Executivo e Judiciário, resultou no relatório “Diagnóstico de Violência Doméstica e Familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais” (Minas Gerais, 2018). Nesse estudo, os 853 municípios mineiros foram agrupados em 19 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). A cidade de Carangola ficou agrupada na RISP 04, de Juiz de Fora, que apresentou o segundo maior número de vítimas de violência doméstica contra a mulher. A RISP 01, que corresponde a Belo Horizonte, foi a que apresentou o maior índice.

Segundo os dados desse relatório, o número de casos de violência sexual na região de Juiz de Fora, para os anos de 2015, 2016 e 2017, foi de, respectivamente, 136, 129 e 190.

Levando em consideração que essa regional agrega 86 municípios, os números de casos de violência sexual notificados são inexpressivos, corroborando as estatísticas nacionais. Nessa acepção, o silenciamento desse tipo de violência está diretamente relacionado ao corpo feminino e a tudo que, histórica e culturalmente, ele representa para a sociedade.

Perrot (2003) atribui as raízes do silêncio acerca do corpo da mulher à construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, reforçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político. O silêncio também é mencionado por Beauvoir (1980) entre virtudes femininas, como a doçura, passividade e discrição. Por meio da violência sexual os homens conferem ao corpo feminino um sentimento de posse e, em defesa da honra, recorrem à força, a fim de disciplinar gestos, ações e atitudes que julgam fora de suas referências normativas. O corpo da mulher, visto como propriedade masculina e instrumento de poder, é o campo no qual o homem “defende sua honra” e canaliza suas frustrações, como a falta de dinheiro e/ou desemprego.

Para Beauvoir (1980), o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Com base nas diferenças visíveis dos corpos feminino e masculino, a primazia concedida aos homens se estabelece na hierarquia de gênero exercida pela posse do corpo feminino, que é reduzido ao estado de objeto, conquista ou aquisição.

Isso porque a violência cometida contra outrem é a afirmação mais evidente da alteridade desse outrem.

Conquistando a mulher pela força, o guerreiro prova que soube anexar-se uma riqueza alheia e derrubar as barreiras do destino que seu nascimento lhe designara; a compra sob todas as suas formas (Beauvoir, 1980, p. 94).

Desejados, dominados e subjugados, os corpos das mulheres se fazem território de dominação, instrumento de poder masculino. Seguindo esse sentido de privilégio, o homem se impõe o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade (Bourdieu, 2017, p. 76). Baseada na visão androcêntrica, a qual estabelece o corpo feminino como território de dominação masculina, há o favorecimento da naturalização de uma ordem social fundada em práticas sexuais impostas, não consensuais.

E, como forma de proteção contra as possíveis condições de sujeição e violência, Bourdieu (2017, p. 51) disserta que o que chamamos de "intuição feminina" é inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, a atenção, a observação e a vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos. Ou seja, perante a violência simbólica da hierarquia entre masculino e feminino, a mulher, na condição de dominado nessa relação, vive em constante vigilância do que pode vir a sofrer perante o dominador. Para o autor, as estruturas de dominação simbólica são atemporais, produtos de um trabalho incessante de reprodução nos quais os homens agem, por meio da violência física e simbólica, em colaboração com instituições, famílias, Igreja, escola e Estado.

No sentido de validar a hierarquia masculina, a violência sexual se fez presente no relacionamento conjugal de três participantes deste estudo – as entrevistadas Bruna, Margarida e Vera –, transformando a cama num campo de conflitos. Imbuída no contexto das obrigações conjugais, a relação sexual passou a ser imposta, inclusive imediatamente após as agressões físicas cometidas pelo marido de Bruna.

Ele veio como se nada tivesse acontecido [após uma agressão] e queria que eu me deitasse com ele e tivesse uma relação sexual. Eu pensava que se eu não fizesse seria pior pra mim, pois ele ia falar que eu o traía e que com outros homens eu queria e com ele não. E nesse momento aquilo pra mim foi um abuso sexual que eu tive. Eu acho que essa foi a mais gravosa em termos de violência, porque eu tive muito medo. Eu rezei pra tudo quanto é santo! Eu chamei a minha mãe que já morreu, eu chamava todo mundo que eu amava: “pelo amor de Deus, me ajuda!”. Porque eu não achei que eu pudesse sair viva. E depois desse período eu fiquei muito abalada, isso me abalou muito (Bruna, 2016).

A entrevistada identifica que sofreu um estupro conjugal e reconhece que se trata de um tipo de violência. O abuso sexual denota a dominação do corpo feminino pelo homem e traz à luz a gravidade da violência contra a mulher, pois reside nas construções culturais e históricas que permeiam as relações entre homens e mulheres. Inculcado na noção de débito conjugal,³⁸ o ato sexual acaba sendo encarado como obrigação ao temer outras violências e, inclusive, acusações de infidelidade, como ocorria com Bruna. O mesmo acontecia

38 Dívida ou um dever que esposas deveriam pagar-se quando sexualmente requisitadas. Sobre o assunto, ver: PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo.** Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 124.

com a entrevistada Vera, que contou sobre a obrigatoriedade das relações sexuais impostas pelo ex-marido.

As pessoas dizem que o sexo é obrigação. Por que é casada, tem que cumprir?! Inclusive as mulheres dizem isso. Os homens falam que a mulher vive com dor de cabeça. Que falar que está com dor de cabeça é uma desculpa. Ele acha que a mulher é obrigada a servir. Então essa era a minha situação. No dia que ele ficava em casa, eu sabia que ele queria ter relação sexual. Não era isso que eu queria. Eu queria um casamento de verdade, em que o sexo não fosse simplesmente um cumprimento de obrigação. Não, mas eu era obrigada! Se eu falasse com ele que não, ele falava assim: "Ah, mas você não quer que eu fique em casa?!". Então, quer dizer, eu era forçada a ter relação com ele. Acho que a pior coisa de um relacionamento é você ser forçada a ter uma relação com uma pessoa que você não está a fim, que você está chateada com aquela pessoa. Mas você tem que fazer pra agradar né? Isso é horrível! (Vera, 2017).³⁹

A relação sexual compulsória não é comumente encarada como violência, porque culturalmente é vista como "normal" no relacionamento conjugal e, por ocorrer no espaço privado, não é reconhecida como violação aos direitos das mulheres. A representação social da violência é considerada intrínseca à relação conjugal, o que justifica a tolerância da sociedade para com ela.

Carole Pateman (1993) desenvolve o conceito de contrato sexual, analisando a noção de contrato social, e amplia o enfoque para o contrato de trabalho e o contrato de casamento. A autora considera o patriarcado como uma forma

³⁹ Referências a Vera, 2017 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em agosto de 2017 na cidade de Carangola.

de poder político que tem sua gênese no direito político que cria a sociedade civil, abarcando as esferas pública e privada, nas quais o contrato sexual é implicitamente incorporado. Assim, segundo Pateman, o casamento e a família patriarcal aparecem como naturais e necessários para a fundação da vida civil (Pateman, 1993, p. 164). A autora chama a atenção para a forma com que o casamento se institui como um contrato entre homem e mulher em que se troca obediência por proteção. Desse modo, completa Pateman, quando uma mulher se torna esposa, seu marido ganha o direito de acesso sexual ao seu corpo e ao seu trabalho como “dona de casa”.

A vivência do casamento da entrevistada Margarida corrobora e ilustra o que a teórica feminista disserta sobre as relações conjugais e o contrato sexual:

Para mim, casamento era uma coisa assim, saudável. Era carinho, essas coisas, troca de carinho. Ele me mandava fazer coisas absurdas. Tanto é que eu passei a ter nojo do casamento. Eu tinha sexo com ele e tudo, mas eu não tinha [prazer] falava que estava bom, o chamava de amor e tudo, mas, na verdade, eu estava odiando, odiando. Então eu falava: “Deus porque eu tenho que passar por isso tudo?”. Casamento pra mim não era isso. Eu pensava: “Eu sempre sonhei em entrar na igreja de branco e tudo”. Não entrei. Só casei no civil. Sempre achei que casamento era alguém que cuidasse da gente (Margarida, 2016).

O relato da entrevistada ratifica a afirmação de Saffioti, de que a consciência que as mulheres têm de si mesmas deriva da inserção como esposas na estrutura social e de como introjetaram em seu inconsciente/consciente as

vivências concretas na relação com homens/maridos (Saffioti, 2015, p. 140).

Conforme Saffioti (2015), o patriarcado nega a liberdade às mulheres, impondo a dominação masculina sobre comportamentos e ações, subordinando-as aos abusos sexuais e ao estupro, encarados como atos de poder. Para ela, o patriarcado é um fenômeno social que consiste em um sistema de dominação-exploração o qual segrega ocupações profissionais, marginaliza papéis econômicos e políticos e promove intensa discriminação salarial, bem como exerce o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva.

Embora a violência sexual seja tipificada no artigo 7º, inciso III, da Lei Maria da Penha,⁴⁰ nenhuma das entrevistadas formalizou queixas sobre a incidência dessas violências, o que corrobora a invisibilidade desses casos perante os registros nas bases de dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública, ou até mesmo nos registros de atendimentos nas Unidades de Saúde que compõem o SINAN.

40 “[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos” (Brasil, 2006). BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

A OMS declara que o fato de as mulheres não relatarem essas experiências e nem buscarem ajuda faz com que o problema da violência sexual permaneça oculto, elevando os custos de atenção à saúde e os riscos crescentes com doenças crônicas não transmissíveis, traumatismos e até suicídio, que, no nível global, é uma das maiores causas de óbito em mulheres entre 20 e 59 anos e a segunda maior causa de óbito nos países de baixa e média renda da região do Pacífico Oeste. A OMS destaca ainda que os problemas de saúde mental, como a depressão, são fatores importantes de incapacidades em mulheres de todas as idades, devido à violência que sofrem (OMS, 2011).

Beauvoir (1980, p. 196) disserta que no regime patriarcal o homem tornou-se o senhor da mulher e “as mesmas qualidades que atemorizam nos animais tornam-se qualidades preciosas para o proprietário que as soube domesticar”, o que demonstra a ideia de posse e de conquista. Assim, o corpo feminino, dentro da ordem patriarcal de gênero, faz-se instrumento e apresenta-se como sua coisa (Beauvoir, 1980, p. 200).

A ideia de apropriação do corpo feminino pelo homem está naturalizada de tal maneira que, independentemente da formalização civil da união matrimonial – ou seja, antes do contrato de casamento (Pateman, 1993) –, o homem se vê no direito de exercer seu domínio. A entrevistada Vera relatou que a situação de abuso sexual se iniciou na fase de namoro:

Ele já era, no namoro, violento. Então eu falei pro meu pai: “Não, eu não vou casar”, mas sob pressão, aquela

chantagem pelo fato de eu já namorar com ele, pressão da família, eu casei. Eu acabei tendo minha primeira relação sexual com ele antes do casamento, e já na primeira vez eu engravidei. Ele me forçava numa situação de chantagem. Eu tinha vindo da roça há pouco tempo. Acabei me envolvendo e engravidando. Casei, minha menina nasceu. Eu fiquei sem trabalhar até ela fazer 1 ano e meio. Mas em Carangola o emprego é muito difícil e veio logo uma crise, que as fábricas de costura foram fechando. Eu tive que ir trabalhar em casa de família, onde ganhava muito pouco, então não dava pra pagar nem as contas (Vera, 2017).

Segundo Saffioti (1987, p. 18), o estupro é o caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher, dado o poder que a sociedade confere ao homem, pois se julga no direito de manter relações sexuais com sua companheira mesmo quando ela não apresenta disposição para tal.

Desnaturalizar a violência doméstica e familiar – que traz consigo os diversos tipos de violências (física, moral, psicológica, patrimonial e sexual) – representa uma mudança estrutural contra a cultura do patriarcado. Mesmo com as transformações pelas quais a família tem passado nos últimos anos e com os novos arranjos familiares em construção, ainda há que se caminhar para se atingir uma posição equitativa entre homens e mulheres. Isso porque, na medida em que a família e a relação entre os sexos mudam, o patriarcado se reinventa e se mantém. Percebe-se que a ideia do patriarcado cristaliza a dominação masculina, o que nos impede de pensar a mudança. A violência sexual no relacionamento conjugal concretiza-se como uma opressão ainda maior para quem é submetido a esse tipo de experiência, pois a convivência diária com o agressor, o medo de denunciá-lo, a vergonha pela discriminação da comunidade e as dificuldades de

acolhimento na rede de saúde expõem a mulher à vulnerabilidade e consistem numa dolorosa realidade.

Mulheres que vivem em situações de violência estão expostas a condições de vida degradantes, pois têm seus direitos e sua dignidade desrespeitados. Tais circunstâncias desencadeiam agravos que se manifestam e impactam no comportamento e na saúde delas. A seguir, trata-se de um caso que comoveu a pesquisadora, e, no sentido de Larrosa, de que a "experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca" (2002, p. 21), dedicou-se uma parte deste capítulo para abordagem da situação de violência de uma mulher idosa, compreendida entre um dos objetos de análise deste estudo.

A violência contra a mulher idosa

Dos dez casos estudados nesta pesquisa, o único relacionado à violência familiar é o de Dona Maria, de 74 anos, trabalhadora rural aposentada, residente na comunidade rural chamada Ponte Geraldo. A situação dessa senhora foi revelada através de uma denúncia feita ao Conselho Tutelar. Casos denunciados são registrados e passíveis de intervenção, mas fatores como o isolamento social sofrido por mulheres idosas impedem o conhecimento da situação em que se encontram.

Já se sabe que os dados sobre a violência de gênero são inconsistentes, isto é, nem todos os casos são notificados, inviabilizando informações estatísticas que condizem com a realidade. No que se refere aos episódios de violências

cometidas contra a pessoa idosa,⁴¹ não há registros específicos, sendo contabilizados de forma geral, em conjunto com as informações sobre a violência de gênero. A violência contra os idosos é muito mais intensa, disseminada e presente na sociedade brasileira do que os números revelam (Minayo, 2004). Isso porque o tema violência contra a pessoa idosa é uma modalidade que passou a ser investigada apenas na última metade dos anos 1990 (Schraiber, D'Oliveira; Couto, 2006).

Não cabe aqui um enfoque amplo sobre a violência contra as pessoas idosas, pois, conforme explica Maria Cecília Minayo (2003), essas situações precisam ser vistas sob, pelo menos, três parâmetros: demográficos, socioantropológicos e epidemiológicos.

O destaque que se pretende dar é para o estudo do caso encontrado em Carangola, que chamou atenção da equipe do CREAS e, também, da pesquisadora. A fim de compreender a amplitude das agressões sofridas por Dona Maria, recorreu-se ao Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da OMS, que assim define a violência contra o idoso:

[...] ato de acometimento ou omissão, que pode ser tanto intencional como involuntário. O abuso pode ser de natureza física ou psicológica ou pode envolver maus tratos de ordem financeira ou material. Qualquer que seja o tipo de abuso, certamente resultará em sofrimento desnecessário, lesão ou dor, perda ou violação dos

41 O Decreto nº 1.948/96, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, regulamentou a Lei nº 8.842/94 e compreende por idoso ou idosa a pessoa com mais de 60 anos de idade.

direitos humanos e uma redução na qualidade de vida do idoso (OMS, 2002, p. 148).

As violências que acometeram Dona Maria são de natureza física, psicológica, material, financeira e ainda, de negligência.⁴² Essa senhora, que recebia sua aposentadoria como trabalhadora rural e a pensão do falecido marido, poderia viver sua velhice com dignidade, pois reside em casa própria, numa pequena propriedade rural. No entanto, o filho e a nora se apropriaram dos cartões do banco, realizando saques tão logo os valores da aposentadoria e da pensão eram creditados nas contas.

A esses abusos financeiros e apropriação indébita, cometidos pelo filho e pela nora de Dona Maria, somaram-se as agressões físicas, o abandono e a negligência, iniciados quando o casal passou a morar com ela. Assim que o casal se mudou para a casa de Dona Maria, o filho construiu uma parede e dividiu a casa, que já era pequena, ao meio, de forma que o banheiro e a cozinha ficaram na parte que lhe cabia. Dessa maneira, ela necessitava pedir permissão ao filho e à nora para fazer uso do sanitário e, também, da cozinha. Ainda se apropriaram de boa parte dos móveis, das roupas de cama e dos cobertores dela, o que a levou a adoecer por passar noites sem o abrigo que necessitava para dias mais frios.

42 O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da OMS, no capítulo sobre Abusos de Idosos, define como “negligência” a recusa ou falha em desempenhar a obrigação de cuidar do idoso. A negligência pode ou não envolver uma tentativa consciente ou intencional de infligir sofrimento físico ou emocional no idoso. Sobre o assunto, ver: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva, 2002.

A entrevista com Dona Maria foi realizada na sede do CREAS, na presença de sua filha, que estava com sua guarda após a denúncia. Em alguns momentos, a filha reproduzia a fala da mãe, dada a dificuldade de verbalizar e a dicção ruim causada pela falta dos dentes, pelo choro e pela tosse.

Todas as terças e quintas, a gente ia para a igreja e ele pegava a moto e ia. Quando voltava ele me batia. Ele ia à rua, comprava pão com manteiga e nem perguntava se eu queria. Mês de julho estava fazendo muito frio, minhas cobertas estavam todas lá na casa dele, lá do lado dele. Eu falei que estava com frio. Lá na roça faz muito frio (Dona Maria, 2016).⁴³

Ela teve pneumonia por conta disso. Deixou sem as cobertas dela. Depois que ela foi falar com a gente (Maria, 2016).⁴⁴

Esse fato só foi descoberto tempos depois, quando se queixou com a filha. A denúncia dos vizinhos ao Conselho Tutelar ocorreu na mesma época em que Maria, a filha, encontrou Dona Maria em situação de abandono. Aos prantos, ela relatou os maus-tratos cometidos pelo filho, de 37 anos, e por sua nora.

Muita judiação, minha filha! É filho caçula. Tem 30 e poucos anos. Ele era muito bom, ia à igreja [choro]. Ele foi casado por sete anos com a primeira esposa. Ela tinha problema de coração e morreu com 31 anos. É triste, minha filha! Filho judiar da gente. É um sofrimento ter que ir para a casa da

43 Referências a Dona Maria, 2016 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em setembro de 2016 na cidade de Carangola.

44 Referências a Maria, 2016 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa, concedida em setembro de 2016, na cidade de Carangola, pela filha de Dona Maria, a vítima das violências relatadas.

filha, sair da minha casa [choro]. Eles [o filho e a nora] pegavam café lá no alto do morro. Ele falava assim: "Faz a comida para ela, mãe". Eu ia lá no morro levar comida para eles. Olha o que ele está fazendo com a mãe dele! [choro] (Dona Maria, 2016).

Esse pequeno trecho da entrevista foi interrompido várias vezes, pelo choro da entrevistada. De fato, são relatos emocionados e tristes, impactantes. Nele, percebe-se o sentimento de ambivalência da narradora, quando menciona que "o filho era bom, ia à igreja". A relação afetiva na cena doméstica é comum nos casos de violência contra a mulher e está presente nesse caso de violência contra a idosa. Na fala da entrevistada, é perceptível, também, a maneira como ela buscava justificativas para as agressões do filho e da nora. Ao mencionar que fazia almoço para eles e até ia entregar a marmita na lavoura onde estavam apanhando café, Dona Maria demonstra que incorporava o papel social da mãe zelosa, que cuida do filho, que prepara o almoço e se compromete com seu bem-estar. Esse tipo de inculcação é comum entre as mulheres que sofrem violências e buscam compreender as razões para estarem subjugadas aos maus-tratos e agressões. Faz parte da naturalização do *habitus* da dominação masculina descrita por Bourdieu, sob a qual a primazia universalmente concedida aos homens:

[...] se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e

das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentes. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida na objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundadoras da ordem simbólica (Bourdieu, 2017, p. 54).

Sendo assim, Dona Maria, inserida na relação de poder exercida pelo filho e pela nora, via-se dominada pela naturalização do processo de reprodução biológica e social, cumprindo suas obrigações de mãe ao cuidar da alimentação do filho de 37 anos e que, por sua vez, maltratava-a simplesmente para fazer valer sua condição masculina. No que se refere à violência contra a pessoa idosa, alguns estudos indicam que, por ordem de frequência, os agressores são os filhos, seguidos das filhas, noras, genros e esposos (Minayo, 2003), coincidindo com o caso em questão.

Os agressores de Dona Maria agiam de maneira a expulsá-la da casa na qual residia, a fim de que ficasse exclusivamente para o uso e domínio do casal. Nos relatos da entrevistada, percebe-se que o que mais lamentava é o fato de ter que deixar sua casa para ir morar com a filha. Em várias passagens, ela retomava esse assunto e lamentava a decisão. Há que se destacar que não se tratou de uma escolha dela, mas de uma tentativa de protegê-la, sugerida pela equipe

do CREAS em comum acordo com segmentos da família, no caso, a filha Maria e seu marido.

Minha filha mais velha separou do marido e deixou os móveis dela lá em casa. Ele [o filho] fala que é tudo dele: que a cadeira é dele, uns móveis pesados lá de casa, tudo ele fala que é dele. Eu tenho que ficar só com um sofá velho. Nem geladeira eu tenho. Mas eu digo, não precisa não. Na casa da Maria [a filha] tem, e ela não vai me deixar passar vontade de tomar uma água gelada (Dona Maria, 2016).

Nota-se claramente que tanto o filho quanto a nora agiam para afastá-la da casa, ou, até mesmo, com o objetivo de levá-la a óbito, pois se trata de uma pessoa fisicamente frágil, com saúde debilitada e que jamais teria condições de revidar ou fugir das agressões que sofria.

Minayo (2003) destaca que, no Brasil, as informações sobre morbidade por causas violentas em idosos ainda são pouco consistentes, fato observado também na literatura internacional que ressalta a subnotificação em todo o mundo. Salienta ainda que as violências contra a geração a partir dos 60 anos se expressam em tradicionais formas de discriminação, como o atributo de “descartáveis” que comumente lhes é impingido.

As queixas de Dona Maria validam as encontradas pela pesquisa da OMS (2002) sobre a ocorrência de violência contra os idosos no Brasil. No estudo, os idosos mencionaram o sentimento de “fossilização” – quando são excluídos da participação social, infantilizados pelos seus familiares e inutilizados pela aposentadoria –; a diminuição de seu padrão

de vida devido à baixa renda; e o desrespeito de seus direitos, apenas por serem “velhos”.

Durante a entrevista, Dona Maria relatou que omitia as agressões que sofria temendo que a filha se desentendesse com o irmão, ou, ainda, que as agressões se estendessem a ela e ao seu genro. O medo é elemento constante na realidade de mulheres submetidas à situação de violência.

Como já mencionado, a filha da entrevistada colaborava na compreensão das falas, pois o quadro de depressão em que se encontrava fazia com que tivesse crises de choro prolongadas. Em um dos momentos em que a entrevista foi interrompida, a filha contou que a construção do muro dividindo a casa de Dona Maria ao meio foi o fator decisivo para que ela adoecesse.

Ele tinha dividido a casa há bastantes dias, mas a mãe entrou em depressão. Eu a trouxe aqui no doutor Pedro. Ele internou a mãe e falou assim: “Olha, sua mãe está em depressão por causa da casa dela. E do jeito que ela está, se não abrir a casa de novo [demolir o muro que dividia a casa] você vai perder sua mãe” (Maria, 2016).

Logo em seguida, Dona Maria se recuperou e disse:

Ele não pôs banheiro para mim, não pôs chuveiro. Meu banheiro ficou lá para ele, né? Eu não posso ir ao banheiro. Não consigo tomar banho sozinha. Aí coloquei uma água para esquentar para que na hora que eu precisasse eu tinha, porque estava frio. Eles não me ajudam a tomar banho. Aí fui ao banheiro, passei uma água quente aonde eu consegui e deitei. Fiquei sem tomar banho. A Maria [filha]

me dá banho, me coloca para ver a novela. Ele me empurra, minha filha! Belisca-me... [choro] (Dona Maria, 2016).

Ele a chuta quando ela cai no chão. Deixou a perninha dela toda roxa [choro] (Maria, 2016).

Eu trabalhei tanto, minha filha, para levar uma vida assim. O que mais ele faz comigo é me chutar e me dar beliscão [choro e pausa] (Dona Maria, 2016).

O fato de o filho e sua esposa residirem na casa de Dona Maria corrobora a literatura que afirma que os agressores são mais dependentes do idoso do que o contrário (Dias, 2005). A entrevistada tinha noção da possibilidade que teria de viver uma velhice digna, após anos de dedicação ao trabalho no meio rural, que sabidamente requer dos trabalhadores maior desgaste físico em relação ao trabalhador urbano. No entanto, as violências às quais estava submetida fizeram com que tivesse que se mudar de sua casa, abandonando seus pertences e todo o contexto simbólico em que estão inseridos. A circunstância de Dona Maria, residindo com a filha para se proteger das violências, vedava sua condição de agente, desprovendo-a da possibilidade de conduzir e gerir sua vida.

No final da entrevista, quando a pesquisadora se despedia e se preparava para desligar o gravador, Dona Maria novamente lamentou a ida para a casa da filha e mencionou o fato de não poder vivenciar rotinas diárias, como receber visitas em sua casa:

É muito triste largar minha casa. Eu gosto quando alguém vai à minha casa. Quando vocês quiserem ir lá à casa, tomar um café comigo, vai lá. Eu gosto das minhas coisas. Não vai ter as minhas coisas porque são da casa da

Maria, que é tudo bom também, mas eu queria as minhas coisinhas... [choro] (Dona Maria, 2016).

Essa entrevista é muito tocante, pois além de se tratar de violência contra a mulher, a condição de idosa de Dona Maria fazia dela ainda mais vulnerável. Quando se trata de mulheres mais velhas, a violência se expande dada a marginalização do idoso e a violência simbólica que envolve o banimento de decisões sociais, e, especificamente, no que se refere à destituição de autonomia sobre a sua própria vida.

Silva e Dias (2016) atentam para o crescimento da população idosa e da demanda que o acompanha, já que a violência acarreta adoecimento físico (doenças psicossomáticas, diminuição gradual de suas defesas físicas, alterações do sono e apetite, desidratação, desnutrição, entre outros) e adoecimento psicológico (depressão, desordem pós-traumática, agitação, fadiga, perda de identidade, tentativas de suicídio). O quadro apresentado por Dona Maria é exatamente esse. As violências levaram-na à negação da dignidade enquanto indivíduo, destituindo-a de sua liberdade e da possibilidade de viver essa fase da vida de maneira autônoma, conduzindo-a ao caminho do adoecimento.

A ela, resta a adaptação a esse novo momento, com recomeço em outro lar, ao lado da filha, do genro e dos netos. Um novo lugar para se refugiar pode não ser o ideal, mas em alguns casos, como o de Dona Maria, é a única oportunidade para recomeçar longe do medo e da iminência de algo pior.

Medo: fator que inibe ou impulsiona a “rota crítica”

A passividade e o medo intimidam a ação das mulheres, gerando interpretações de complacência e convivência com os agressores, e representam papel relevante no ciclo da violência, pois agravam o *continuum* de agressões, cada vez mais frequentes e mais intensas. O medo está categorizado entre os fatores considerados inibidores da chamada “rota crítica”⁴⁵ que a mulher agredida percorre antes de realizar a denúncia.

A intimidação se constitui ferramenta do patriarcado para demonstrar que o medo é uma característica feminina e, também, para reproduzir no espaço privado da casa a hierarquia dos gêneros, colocada na “ordem das coisas” (Bourdieu, 2017, p. 21). Essa expressão utilizada por Bourdieu denota a divisão dos sexos no mundo social, incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de percepção, de pensamento e de ação. Do mesmo modo, o medo se funda como atributo negativo da mulher, dado pela representação da dominação masculina.

45 O estudo de Montserrat Sagot sobre “Rotas críticas de mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina” busca conhecer os fatores que impulsionam o início de uma chamada “rota crítica”, que é quando a mulher decide apropriar-se de sua própria vida e busca ajuda para levar adiante sua decisão de romper com situações de resignação e violência. Na pesquisa de Sagot, levou-se em consideração contextos sociais locais para buscar respostas para a violência intrafamiliar, problema social de grandes dimensões que constitui entraves para o desenvolvimento socioeconômico, consiste em grave violação aos Direitos Humanos e é favorecido pela invisibilidade ou subnotificação de casos, por ser considerado um problema de foro privado. Sobre o assunto, ver: SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países.** San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

Entre os dez casos estudados nesta pesquisa, foram mencionados: 1) o medo do julgamento moral de parentes e/ou vizinhos; 2) o medo da morte; 3) o medo de que as agressões se estendessem aos filhos; e 4) o medo da agressão que chegava quando a noite chegava.

Selecionaram-se trechos das entrevistas de Ana, Bruna, Daniela e Margarida. A primeira temia o que o ex-companheiro poderia fazer com a filha, dado o histórico de atitudes agressivas que ele possuía e que colocava em risco a vida da menina. Bruna destacou o medo da morte, que aumentava a cada nova agressão. Daniela relatou a necessidade de fugir com os filhos para escapar das investidas do ex-companheiro. E Margarida especifica que o medo aumentava quando anoitecia e as crianças dormiam, pois era o momento que o marido aguardava para iniciar os abusos.

Ana relatou inúmeras experiências nas quais o ex-marido colocou em risco a vida da filha do casal. Uma dessas situações se deu durante um final de semana em que a menina foi passar com o pai. Temendo as reações agressivas que eram exacerbadas pelo consumo de bebida alcoólica, a menina e a prima fugiram do sítio em que estavam.

[...] ela veio a pé do sítio da tia dela, a 5 quilômetros de Carangola, onde estava acontecendo um churrasco. Eu fiquei sabendo disso depois! Ela e uma prima! Que ele estava tão bêbado, que elas ficaram com medo, e vieram a pé até Carangola. Ela falou isso com a assistente social! (Ana, 2016).

Presenciar as atitudes agressivas do pai fez com que a menina sentisse medo dele, sentimento que se intensificava quando testemunhava o comportamento alterado pela bebida ou consumo de drogas. Tais atitudes preocupavam Ana, pois, na tentativa de demonstrar para a comunidade que era um marido amoroso, ele expunha a filha a situações vexatórias e incomuns. Depois que o casal se separou, o ex-marido passou a ir todos os dias até a escola na qual a menina estudava. Procurava-a no horário do intervalo, o que causava incômodo, pois ele não a deixava brincar com as colegas.

Ela contou para a assistente social que o pai dela não deixava brincar. Que ele ia até a escola todo dia às 3 horas da tarde. E ela queria jogar queimada com as coleguinhas dela. Chorando, tadinha! E o pai dela ficava mandando-a subir para ver ele um pouco (Ana, 2016).

Fatos como esse causaram reações na criança, que passou a não querer mais ir à escola, sem explicar para a família quais eram os motivos. Esses acontecimentos foram mencionados pela menina quando foi ouvida por uma assistente social a pedido da própria criança, conforme Ana relatou.

Usar os filhos do casal como manobra para atingir as mulheres corresponde a um abuso psicológico, como afirma Miller (1995). É comum o artifício da ameaça de bater neles, sequestrá-los ou recorrer à justiça na tentativa de tirar-lhes a custódia. Ato como desse tipo inviabilizam a ação da mulher, fazendo-a permanecer num relacionamento abusivo.

Acontecimentos semelhantes ocorreram com a entrevistada Daniela. Ela receava que as agressões físicas que sofria atingissem seus filhos, sobretudo a menina, filha de seu primeiro relacionamento. O medo dela e a iminência da morte perante as ameaças do marido a fizeram fugir da cidade de Macaé. Suas experiências no relacionamento abusivo são retratadas neste excerto:

Trancou-me no quarto, deixou os meninos pra lá, e eu e ele brigando lá dentro. Foi quando eu falei: “Cansei de ser maltratada!”. Ele nunca me elogiava, me obrigava a ter relação com ele, tudo dele era na base da ignorância. Eu falei “Não, Márcio. Não quero mais”. Ele falava: “Você tem obrigação de ficar comigo”. Eu falava: “Não tenho, não”. E aí, se eu não ficasse, ele me ameaçava, entendeu? Peguei e fui começando a arrumar minhas coisas aos poucos sem ele perceber. Algumas malas com as coisas dos meninos. Escondi tudo e nem percebeu que eu tinha arrumado. O problema foi que ele escondeu os documentos dos meninos, as receitas de medicamento do menino e o remédio que tinha que tomar, pensando que assim eu não poderia ir embora. Liguei para minha mãe pedindo ajuda e ela ligou pro doutor José, advogado de Carangola. Ele foi me buscar lá em Macaé. Quando o Márcio saiu para trabalhar de manhã, peguei minhas coisas, fui com os meninos para a casa da minha colega para esperar o doutor José chegar. Assim que chegou para me buscar, voltamos para Carangola. O Márcio percebeu que tinha algo errado e começou a me ligar, coisa que ele não fazia (Daniela, 2016).⁴⁶

Daniela salienta que a ida para a cidade de Macaé trazia esperança de mudanças, especialmente no comportamento do companheiro, o que não ocorreu. Ele usava a violência

⁴⁶ Referências a Daniela, 2016 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em novembro de 2016 na cidade de Carangola.

para punir a esposa, pois acreditava que estava sendo traído. Daniela demonstra que sofria ameaças e agressões físicas do marido, potencializadas pelo consumo de drogas. O gasto com o consumo de drogas fazia com que ela tivesse que dar praticamente todo seu salário para pagar o aluguel, dessa forma, não sobrava nenhum dinheiro que possibilitasse o seu retorno para Carangola com os filhos. Além disso, ele escondia os documentos dos filhos, inviabilizando o uso de transportes públicos e, também, para evitar que ela viajasse com eles e retornasse para Carangola. Restou a Daniela buscar ajuda de um advogado para fazer sua defesa e, ainda, o traslado da família para a cidade de origem.

A convivência com o medo também era uma realidade da entrevistada Bruna. O processo de violências ao qual estava submetida levava-a a pensar que não sobreviveria às agressões. Ela acentuou que

[...] tinha tanto receio, tanto medo, eu tinha muito medo, muito, muito, e assim, porque eu já vivenciei situações onde eu, de fato, achei que não sairia viva do ambiente em que eu estava (Bruna, 2016).

O medo de ser morta pelo marido era o maior motivo de seu silenciamento. Mesmo podendo contar com o apoio e a amizade de sua irmã, não tinha coragem de compartilhar seu sofrimento, pois ela contou que

tinha muito medo dele, de apanhar, porque eu via até onde ele podia chegar e que ele podia, de fato, me matar. Mas eu não tive forças pra dividir isso com ninguém, mesmo sendo muito próxima da minha irmã que morava em Juiz de Fora (Bruna, 2016).

O temor relatado por ela causava seu isolamento da família, fato que era engendrado por seu ex-marido.

Ele nunca gostou da Aparecida [irmã de Bruna], ele achava que a Aparecida me levava para o mau caminho. A Aparecida era solteira e ele falava: “Bruna, você tem que entender uma coisa: mulher casada anda com mulher casada; mulher solteira anda com mulher solteira. Se você sair com uma mulher solteira, você está procurando homem”. Então era esse o pensamento dele. Quando a Aparecida vinha me visitar era um transtorno, não podia ficar nem na minha casa porque ele não gostava, não queria! E pra mim era extremamente constrangedor (Bruna, 2016).

Atenta-se para as ações dos ex-companheiros de Daniela e Bruna a fim de isolá-las do convívio com seus familiares. Para a primeira, a mudança para uma cidade distante. No caso de Bruna, o impedimento de conviver com sua irmã. Esse exílio também gera medo. Miller (1995) nomeia o isolamento de mulheres agredidas como abuso social. Para ela:

O objetivo do isolamento social é o controle. Se um homem puder manter a mulher afastada do contato com o mundo externo, ela dependerá única e exclusivamente dele. Assim, será forçada à submissão, sem recursos externos para obter apoio e drenada de recursos internos para extrair força. A forma mais comum de um homem isolar uma mulher é pela manipulação, arranjando situações – ou reorganizando-as – até ela ser isolada (Miller, 1995, p. 57).

A autora completa que quando as manipulações e as ordens expressas não funcionam, o homem ainda pode recorrer à intimidação para exercer o seu poder, através do medo.

Ele ameaça espancá-la, matá-la, sequestrar os filhos, queimar a casa dos seus pais, bater o seu carro, fazer qualquer coisa prejudicial que a sua mente possa conceber – e ele nunca precisa realizar nenhuma. O medo provocado pela ameaça, como instrumento cortante mortal, torna a esposa submissa. Assim, ele mantém o controle, e, portanto, consegue isolá-la como deseja. O homem socialmente abusivo emprega diversos meios para alcançar seu objetivo, embora raramente se limite a apenas um (Miller, 1995, p. 59).

O isolamento da família se mostra como um tipo de violência e como estratégia do agressor para ter seu domínio sobre a vítima. Ademais, é uma forma de garantir o segredo sobre as violências. A estrutura opressora do isolamento se constitui em prerrogativa de controlar o convívio social da mulher, evitando que compartilhe, com amigas ou parentes, as agressões que sofre do marido. Há que se pensar ainda se o isolamento social enquanto estratégia não seria acentuado pelo contexto de uma cidade pequena, como Carangola. Quanto mais isolada a mulher fica, menos as pessoas saberão do que se passa no espaço privado da casa e mais difícil será ajudá-la.

O círculo vicioso causado pelo medo e o controle do homem sobre a mulher é, para Saffioti (2015), uma forma de disputa pelo poder, com base no fenômeno social do patriarcado. Segundo ela, os homens efetivamente convertem sua agressividade mais frequentemente que as mulheres (Saffioti, 2015, p. 129).

As investidas agressivas do ex-marido de Margarida se concentravam durante a noite, a fim de evitar testemunhos

sobre a violência perpetrada contra ela, sobretudo para que os filhos e vizinhos não pudessem escutar e/ou testemunhar as agressões. Margarida conta que se sentia amedrontada quando ia anoitecendo, pois o ex-marido costumava agredi-la nesse turno.

A ocorrência de violência doméstica e familiar à noite e nos finais de semana é relatada no estudo de Garcia, Duarte e Silva (2016), que avaliou fatores associados ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em serviços de urgência e emergência em 25 capitais brasileiras. Entre os resultados, encontrou-se incidência maior na ocorrência dos casos durante os finais de semana, bem como nos períodos da noite e da madrugada. As autoras declaram que são nesses dias e horários que o contato entre agressor e vítima ocorre de maneira mais continuada e ampliam-se as possibilidades de eventos sociais que podem favorecer os episódios de violência. Para a entrevistada Margarida, devido à assiduidade das agressões ocorridas no turno da noite, ela sentia medo à medida que o período noturno chegava:

Nossa! Eu não gostava da noite, quando meus meninos dormiam. A vizinhança lá em cima sabia que todo dia à noite eu era espancada por ele. Deus me salvava todas as noites e meus filhos, meus filhos também. Ele não era mais severo comigo porque, lá no fundo, eu acho que ele pensava um pouco nos meninos. Então ele batia assim, já na consciência e me deixava no limite (Margarida, 2016).

Para Miller (1995), os homens que agredem uma mulher também submetem os filhos ao abuso ao sujeitá-los a presenciar a violência sofrida pela mãe. A situação de violência

presenciada pelos filhos de Margarida levou-os a desenvolver atitudes agressivas com a mãe, sobretudo a filha do casal, conforme apontou a entrevistada. Após a separação, a filha de Margarida residiu alguns meses com o pai e depois retornou ao convívio da mãe. Segundo Margarida, a menina voltou “revoltada”, xingando-a e agredindo-a. Em alguns casos, a jovem se automutilava e fazia denúncia de maus-tratos ao Conselho Tutelar, alegando ter sido violentada pela mãe. Envolta na relação conflituosa com a filha, Margarida e os dois filhos faziam acompanhamento psicossocial no CREAS na época da entrevista.

O medo em suas amplitudes é também sentido por alguns agressores, sobretudo no que diz respeito aos aspectos judiciais. Neste estudo, a única entrevistada que relatou esse receio por parte do agressor foi Ana. De acordo com ela, a solução para as ameaças que o ex-marido fazia para que retornasse para casa foi a medida protetiva, que impôs limite em suas ações e, conforme narrou, “colocou medo nele”. Apesar da existência das possibilidades de proteção e de justiça garantidas pelo instrumento legal, o medo da vingança do agressor persiste.

A pesquisa “Rotas críticas de mulheres em situação de violência”, realizada por Meneghel (2011), na cidade de Porto Alegre, constatou que há fragilidades e limitações na aplicação da lei, de acordo com as declarações de mulheres, que ainda salientam o descumprimento das medidas protetivas pelos agressores e a dificuldade de os serviços de segurança pública efetivamente protegê-las.

Para além do medo de represálias dos agressores, soma-se a isso a falta de centros de atendimento integral para mulheres em situação de violência, capazes de realizar trabalhos de prevenção e reabilitação. Especificamente, na cidade de Carangola, a falta de grupos de apoio à mulher vítima de violência favorece a égide do medo, dificulta o enfrentamento e o encorajamento para o rompimento da relação violenta, que, aliada ao tipo de sociabilidade, torna-se um ingrediente a mais para favorecer o silenciamento das mulheres.

Quando a mulher obtém apoio para romper com o cotidiano de violências, consegue ressignificar sua vida. Muitas delas apresentam histórico de longos anos sendo humilhadas e agredidas antes de denunciarem seus agressores e se libertarem de relacionamentos conjugais autodestrutivos.

O recomeço em uma nova vida e a reconstrução de uma nova história são relacionados ao sentido de “travessia”, como no conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, publicado no livro *Primeiras estórias* (2001). Nesse conto, um homem mandou construir uma canoa. Ninguém compreende bem o motivo da decisão. Muitos acreditavam que ele estava ficando louco, enfrentando as incertezas do rio, mas, por fim, ele parte na pequena embarcação. Essa dimensão simbólica de travessia representa o enfrentamento cotidiano da violência, experiência dolorosa de tantas mulheres, aqui representadas neste livro, bem como o silêncio, personagem que habita a história das mulheres entrevistadas, e que, quando rompido, denota o sentido de travessia.

Na vida real, essas mulheres certamente foram julgadas ao “começarem do zero”, expressão reiterada por elas mesmas como um marco para uma nova oportunidade de vida. Este capítulo apresenta, a seguir, os relatos de reconstrução e libertação de sete das entrevistadas, os quais demonstram que é possível alcançar a terceira margem.

Recomeço

Segundo a Pesquisa DataSenado (Brasil, 2013b), a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) está sendo cada vez mais reconhecida pela população, devido às campanhas de conscientização pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, romper uma relação violenta não é nada fácil para quem mantém laços de intimidade com o agressor, pois o rompimento envolve questões emocionais, afeta diretamente o cotidiano das mulheres e aumenta a exposição às agressões num convívio com sentimentos de medo, culpa e vergonha. Tais sentimentos são internalizados pela inculcação da dominação masculina que infunde na mulher “a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio” (Bourdieu, 2017, p. 74).

Já se sabe que as mulheres silenciam inúmeras agressões até conseguirem realizar a primeira denúncia. Quando o silêncio não é mais suportável, procuram ajuda. A complexa dinâmica da violência doméstica que envolve medo, dependência econômica do agressor, julgamento moral da sociedade, isolamento social, falta de rede de apoio (família, sociedade, saúde pública, assessoria jurídica etc.) prolonga o processo e torna difícil a ruptura com o relacionamento violento.

O enfrentamento da violência requer das mulheres posição de sujeito, uma vez que o rompimento com o processo de agressões, doméstica e familiar, as insere na chamada “rota crítica”. O tortuoso caminho que a mulher percorre buscando romper com o cotidiano de violência ao qual está submetida passa pelas dificuldades estruturais, que vão desde a desnaturalização das agressões até questões elementares como a informação do local especializado para atendê-la e desorientação dos profissionais da rede de atendimento, seja nas Delegacias Comuns ou nas Especializadas (DEAM), CREAS, Conselho Tutelar ou Instituto Médico Legal (IML).

Para sair da situação de violência, muitas mulheres têm que deixar suas casas e até mesmo seus pertences pessoais para assegurar sua integridade e a de seus filhos. As casas de acolhimento representam importante instrumento no enfrentamento dessa violência, pois oferecem atendimento humanizado e abrigam mulheres que denunciam agressores e estão sob medidas protetivas de urgência.

A primeira Casa da Mulher Brasileira⁴⁷ foi inaugurada em 2015, em Campo Grande (MS). Carangola não dispõe de espaços como esse, o que torna ainda mais difícil a condição da mulher vítima de violência doméstica que não possui um lugar para recomeçar sua vida ou não encontra apoio de familiares ou amigos para abrigá-la temporariamente.

47 MATO GROSSO DO SUL. Não se cale. **1ª Casa da Mulher Brasileira inaugurada no Brasil comemora 7 anos.** [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://bit.ly/casa-da-mulher-brasileira>. Acesso em: 26 abr. 2024.

O recomeço, palavra de ordem na dinâmica da violência doméstica/familiar, torna-se mais penoso em uma cidade pequena, dado o problema estrutural da falta de rede de apoio, majorado pelo comportamento social da comunidade, carregado de julgamentos decorrentes de uma estrutura social pautada em rígidos códigos patriarcais. Essas características e a proximidade entre as pessoas reforçam um dos medos que impedem algumas mulheres de abandonarem maridos violentos: o impacto da pergunta "O que as pessoas vão dizer?" (Miller, 1995). Em resposta à temida pergunta, a sociedade poderá julgar que a mulher não cumpriu seu papel de subserviência, tolerância e submissão; que não foi uma boa mãe, uma boa esposa e, por isso, envergonha a família e a comunidade, e representa um indivíduo que pode influenciar o comportamento de outras mulheres.

Das dez entrevistadas deste estudo, sete relatam o recomeço e recorrem ao uso da expressão "começar do zero" para dizer que abandonaram todos seus pertences em busca de uma nova vida. São evidenciadas as falas de Ana, Bruna, Carmela, Daniela, Eulália, Luciana e Vera.

A entrevistada Bruna lembra como foi difícil sair de sua casa e se recorda da solidão de suportar a violência enquanto maturava a decisão de se separar.

Muito doloroso [tomar a decisão de sair de casa], então eu vejo hoje as pessoas falarem assim: "Sai de casa, toma uma postura!". Eu me seguro pra não falar: "Olha, não é tão simples assim. Eu passei por isso, eu posso falar com conhecimento de causa". Eu demorei anos e sempre calada, eu não tinha uma amiga pra dividir isso (Bruna, 2016).

O longo processo de tomada de decisão para o rompimento da relação violenta implica ruptura com todo um modelo de vida aliado a um projeto de esperança por mudanças no comportamento do agressor, que pode levar anos para tornar-se descrente, perpetuando um *continuum* de violência. O silenciamento desse processo e o isolamento que cerca a mulher parecem estar associados ao fato de que o espaço doméstico é o cenário privilegiado em que a violência é exercida, como dissertam Moreira, Ribeiro e Costa (1992).

Deixar a própria casa para se proteger da violência doméstica tem sido a realidade de muitas mulheres brasileiras. Bruna fala sobre ter que renunciar à sua casa e aos seus pertences:

Pra você ter uma ideia, eu saí com o que deu pra levar e duas malas com coisas das meninas e o mais essencial. Eu não tinha muita coisa de valor, joias, coisas assim... Anéis, até isso eu não trouxe. Até isso ficou pra trás, nem lembrei de pegar (Bruna, 2016).

A entrevistada reforça sua decisão de sair de casa ao dizer que nem se lembrou de pegar as poucas joias que possuía, que são objetos de considerável valor monetário e valorizados pelo senso comum. Todavia, não é fácil para a mulher abandonar a casa, mesmo tendo ficado isolada e sofrendo humilhações, pois ainda a considera um lar, construído com amor, compartilhado na crença de que seria “para sempre”, suportado com esperança e lágrimas, conforme destaca Miller (1995, p. 201).

A decisão pelo enfrentamento e a separação são resultados do fortalecimento da autoimagem das mulheres, incentivado por uma rede de apoio social (família, amigos, entre outros), ou por novas formas de realização pessoal, como trabalho remunerado. Esse último foi o fator encorajador para que Bruna tomasse a decisão e, inclusive, mudasse de cidade em busca de um recomeço para a sua vida e a de suas filhas. Ao vencer a barreira do silêncio de um longo período de sofrimento com as investidas agressivas do marido, Bruna viu-se capaz de reescrever uma nova história. Sua experiência motiva muitas mulheres, dado o tipo de trabalho que exerce hoje, ao oferecer apoio numa rede de atendimento público de saúde.

O relato de Ana demonstra claramente o reinício e sublinha que, assim como Bruna, deixou para trás objetos simbólicos.

Foi uma rup-tu-ra! Eu nasci de novo. E muita gente falava: "Ana, mas ali tem um tanto de coisa sua". Eu larguei tudo pra trás! E tinha uma coisa também, sabe?! A minha filha. Eu acho que a minha filha estava sofrendo tanto com uma separação, né? E ainda eu arrancar as coisas de dentro da casa? Tudo meu está lá. Meu enxoval, minhas roupas de cama, meus lençóis, meus presentes de casamento. Tudo! Deixei tudo para trás [emocionada]. Comecei minha vida do zero, do zero, do zero. Posso falar, eu comecei do zero! (Ana, 2016).

A fala dessa entrevistada explicita que os objetos pessoais que ficaram na casa não representaram significado maior do que a ruptura e a possibilidade de recomeçar.

Da mesma maneira, a narrativa de Daniela reforça que, ao deixar sua casa na cidade de Macaé para retornar a Carangola, trouxe poucos pertences: *"Eu peguei e fui começando a arrumar minhas coisas aos poucos sem ele perceber, algumas malas, as coisas dos meninos"*. Esse relato de Daniela reforça o que Miller expõe acerca da decisão de ir embora.

Como os anos de abuso culminarão no momento da sua partida, se o marido souber, ela precisa manter segredo sobre os seus planos, contando-o apenas para a pessoa ou as pessoas que irão ajudá-la. Então, quando ele estiver fora de casa e ela tiver certeza de que ele continuará fora por algumas horas, deve fazer as malas rapidamente, pegar os documentos e alguns objetos de uso pessoal que possa levar e sair (Miller, 1995, p. 200).

Já a situação de recomeço de Carmela foi diferente. Quando saiu de casa, estava fugindo de uma tentativa de feminicídio, ocorrida na noite anterior, quando o marido tentou enforcá-la. Devido aos hematomas dessa agressão, o ex-marido, com o apoio de seus pais, trancou-a em casa, impedindo que saísse para denunciá-lo ou que as pessoas pudessem identificar a violência no corpo de Carmela. Ela relatou que conseguiu sair de casa, no dia seguinte, com a ajuda de seu pai.

Não consegui tirar nada porque as minhas roupas todinha ele rasgou tudo. Saí de lá e deixei tudo que eu tinha. A geladeira que minha mãe me deu novinha, ele ficou com ela. Televisão, ele ficou com ela, armário, mesa, jogo de quarto da minha filha, guarda-roupa, cama, tudo! Sofá! Tudo que eu comprei trabalhando, coisa que ele nunca pôs dentro de casa. Eu tinha comprado tudo trabalhando, apanhando café, com dinheiro "suado", não consegui tirar nada. Ele me botou para fora sem tirar nada. Deixei tudo para trás, até roupa eu não consegui tirar porque foi muito

às pressas. Para não prejudicar meu pai e não acontecer nada com ele, eu saí depressa, consegui pôr algumas coisas na bolsa e na bolsa da minha filha. Calçada, ela ficou sem calçado! Minha mãe teve até que comprar alguns para ela. Saí sem nada. Aí meu pai pegou e me trouxe. Isso foi na terça-feira, porque eu já tinha ficado trancada umas nove horas. Eu fiquei trancada lá e ele me xingando. Meu sogro, minha sogra do lado dele. Ele me xingando de vagabunda, falando que eu tinha traído ele. Aí eu vim para cá na terça-feira, no sábado ele veio e pegou a menina para levar pra lá no fim de semana. Ele pegou a menina de manhã, de noite ele voltou e me esfaqueou. Eu sentada na porta da casa da minha mãe. Estava sentada na calçada a minha vizinha, a minha outra vizinha e a filha dela, que é menor, a minha cunhada e eu. Nós estávamos assistindo um vídeo na internet. Ele veio de moto, de repente. Parou a moto de repente. Eu levantei que eu vi que era ele. Minha vizinha, que o conhece, levantou também e falou: "É o Francisco!". Eu não sabia se eu voltava para casa da minha mãe, porque eu pensei assim: se eu for para dentro da casa dela, se ele estiver de arma, ele vai matar ela também. Eu pensei nela também. Eu pensei assim: "Vou correr para o outro lado". No que eu corri para o outro lado, ele conseguiu me alcançar e me deu uma facada nas costas e me derrubou e, essa minha vizinha que estava sentada, estava sentada no chão e eu caí em cima dela. Caí em cima dela e ele me esfaqueou em cima dela. Nisso foi caindo a dona Maria, em cima da minha cunhada. Em tempo de a faca pegar em todo mundo (Carmela, 2017).⁴⁸

Carmela se refugiou na casa de seus pais, mas não conseguiu escapar da investida do ex-marido que quase a matou na frente dos vizinhos. Após se recuperar fisicamente, recomeçou sua vida na companhia da filha e já não reside mais na casa dos pais. O ex-marido estava preso no momento da realização da entrevista, mas o amigo, que o acompanhava

48 Referências a Carmela, 2017 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em agosto de 2017 na cidade de Carangola.

no momento do crime, estava em liberdade. Na época, ela já vivia com outro companheiro e afirmava ter recomeçado a vida ao lado de uma pessoa que era o oposto do seu ex-marido e que vivia feliz ao seu lado.

Outra situação de recomeço que só ocorreu após a tentativa de feminicídio foi o caso de Eulália, também vítima de facadas do ex-companheiro. Ela já havia saído de casa porque havia sido agredida pelo ex-companheiro três semanas antes, quando ele jogou um prato em seu rosto. O recomeço de Eulália teve dois momentos: a ida para a casa de sua mãe após a primeira agressão e o recomeço junto aos filhos, em um novo lar, após ter se recuperado das facadas, tentativa de feminicídio a que ela se refere em sua fala como “acidente”:

Quando ele tacou um prato de comida no meu rosto, os meninos não estavam em casa, estavam pra aula. Nossa! Como desceu sangue do meu rosto! E assim podia ter furado um olho meu. Eu cheguei ao mercado e o meu gerente falou: “Eulália, o que aconteceu? Seu marido te bateu?”. Depois eu o chamei no canto, falei o que tinha acontecido. Ele respondeu: “Isso é muito sério”. Eu larguei o meu serviço por três meses por conta dele, sabe? Pra cuidar da saúde, ia ao médico. Eu enfrentei coisa com ele que se eu falar com você, é inexplicável. E eu gostava dele. Só que quando aconteceu o acidente, eu falei assim: “Gente, como é que pode? Ele desceu o morro conversando comigo!”. O acidente foi assim. Eu descí o morro numa boa conversando. Aí ele falou assim: “Vamos voltar”, levantou a camisa na frente e a faca estava atrás. Aí falou assim: “Eu estou emagrecendo demais. Volta pra casa!”. Falou assim: “Deixa eu te dar um último abraço”; só falou assim “último abraço”. Deus falava comigo naquela hora que não era pra eu abraçar. Eu estava com uma sombrinha e uma bolsa e o óculos caiu. Mais à frente, ele foi, arrancou a faca. Ele arrancou a faca sem falar nada, ele só pediu um abraço. O abraço era pra me

matar, se eu tivesse abraçado ele já tinha me matado. Só que Deus não deixou, não... (Eulália, 2017).⁴⁹

O ato de violência – acidente, nas palavras da entrevistada – cometido pelo ex-companheiro de Eulália ocorreu no meio da rua e o pedido de “último abraço” foi o artifício usado para se aproximar dela e dar as facadas. Ao falar sobre o recomeço de sua vida, destaca a reconquista dos bens materiais que deixou para trás e da solidão que sentiu no momento da separação, mas salienta a importância da denúncia que fez, quando da primeira agressão:

Hoje eu tenho armário que eu comprei, tenho estante que eu comprei. Meu sofá eu comprei trabalhando. Hoje eu comprei uma televisão que eu estou pagando. Quando eu me separei não vi problema nenhum porque sempre eu fiz as coisas que eu estou fazendo, sempre coloquei comida dentro de casa. Eu me sentia só. Porque a gente fica sozinha e não tem ninguém para conversar, mas aí eu conversava com Deus. Eu chegava pra Deus e ficava conversando com Ele. Às vezes a minha mãe e minha irmã me ligavam, conversavam comigo. Eu hoje não me vejo como derrotada, me vejo como vencedora. A Bíblia fala que com Cristo a gente é mais vencedora ainda. Hoje eu vejo as mulheres e penso assim: “É melhor acontecer uma briguinha, você chegar e denunciar”. Porque acontece fato pior depois. Igual ao meu caso, poderia ter acontecido uma morte dentro de casa, mas você vê como Deus tocou minha cabeça, desde o prato de comida fui à delegacia e registrei (Eulália, 2017).

49 Referências a Eulália, 2017 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em janeiro de 2017 na cidade de Carangola.

Perguntada sobre as redes de apoio ao enfrentamento da violência, Eulália atribui relevância à sua participação na Igreja Evangélica e, também, aos atendimentos realizados pela equipe do CREAS, que assistia, inclusive, seus dois filhos.

Da mesma maneira que Eulália, a entrevistada Luciana foi influenciada favoravelmente por segmentos religiosos. Ela relatou que embora tenha sofrido agressões físicas do ex-marido, temia o julgamento da sociedade e a possibilidade de ser rejeitada pela comunidade rural em que residia pelo fato de ser uma mulher separada. Em sua fala expõe o apoio que recebeu de um pároco da igreja em que frequentava:

Lá na comunidade que eu frequento, eu fui chegando lá e falei: "Padre João, eu precisava conversar com o senhor". Ele respondeu: "Minha filha eu vou celebrar, depois a gente conversa". E ele foi, celebrou a missa. Aí no final ele foi e perguntou: "Cadê aquela moça que queria conversar comigo?". Aí ele me atendeu. Não foi em confissão não, foi em conversa mesmo. Eu fui e falei: "Olha, padre, aconteceu isso assim, assim...". Eu contei como que foi. "Como que eu faço? Eu volto pra casa? Eu fico... eu fico separada? O que eu faço da minha vida? Ajuda-me. Dá-me um apoio, me ilumina!" Ele olhou pra baixo assim... Ele é bem pequenininho, né?! E falou assim: "Minha filha, meu lado de padre vai te falar assim: volta pra casa, vai ser esposa. Mas eu vou te falar agora o meu lado de João. Meu lado de João te fala: não volta pra casa, não! Porque o João precisa de você na igreja dele. Se você morrer, eu tô ferrado!" [risos]. Aí eu falei assim: "Padre, agora você me deixou numa encruzilhada". Ele respondeu: "Não volte, minha filha, não volte! Porque ele vai te matar". Talvez tenha sido assim, a palavra que ouvi naquele momento e que foi decisiva para mim. Eu falei: "Padre, e a questão da comunhão?". Ele falou: "Minha filha do céu, se nós não formos dar mais comunhão para esse povo que separou, nós não vamos dar comunhão para

mais ninguém nunca mais". Aí, assim, aquilo abriu meu horizonte, né?! (Luciana, 2017).⁵⁰

Destaca-se como a influência religiosa é fortemente presente na transmissão de aspectos socioculturais de Carangola. Tanto as falas de Eulália quanto as de Luciana demonstraram que a Igreja, enquanto instituição, ainda exerce papel predominante para ditar normas sociais. Nader (2001) discorre que a família tradicional, a Igreja e a escola, enquanto instituições, promoveram na história do Brasil o processo moralizante e o destino biológico da mulher. Por intermédio dessas entidades, o comportamento das mulheres diante das unidades domésticas foi moldado, pautado em costumes fortemente enraizados nos aspectos socioculturais.

A entrevistada Luciana externou, em sua fala, sua aflição de não participar do momento da comunhão⁵¹ caso se divorciasse do marido. Segundo as normas da Igreja Católica, "O que Deus uniu, o homem não separa", portanto, desfazer esse sacramento indissolúvel tem o peso de um pecado imperdoável (De Fáveri, 2008, p. 350). De Fáveri salienta a declaração dada em 1977 pelo presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Aloísio Lorscheider, cardeal e bispo de Fortaleza, que na ocasião advertiu:

Para a Igreja, o divorciado vive no adultério, é pecador público, fica excluído dos atos legítimos eclesiais.

⁵⁰ Referências a Luciana, 2017 (nome fictício, conforme justificado anteriormente) tratam de entrevista de pesquisa concedida em agosto de 2017 na cidade de Carangola.

⁵¹ O momento da comunhão é uma prática da cerimônia religiosa da Igreja Católica.

Não poderá confessar-se, se aproximar da mesa eucarística, não recebe a unção dos enfermos e a comunhão viática (para doentes, em casa), não poderá ser padrinho em batizado, crisma, não receberá sepultura e encomendação do corpo, e, se julgar oportuno, poderá excomungar o divorciado (Jornal O Estado, 1977, p. 2 *apud* De Fáveri, 2008, p. 350).

A consulta que Luciana fez ao padre buscava seu consentimento em relação à separação do companheiro que a agredia. Conhecedora dos dogmas da Igreja, recorreu ao pároco para saber se o divórcio seria um empecilho para que ela pudesse participar dos rituais de celebrações religiosas, como a comunhão. Nota-se que, na fala do religioso, reproduzida pela entrevistada, ele fez questão de separar o conselho do padre do conselho do indivíduo, sendo esse último o que sugeria a separação. Verifica-se ainda que a recomendação do sacerdote foi sensível à situação de violência suportada pela entrevistada, quando a aconselhou que ficasse viva, longe do companheiro agressor.

Perrot (2012) já afirmava que as religiões exercem um poder paradoxal nas mulheres: o poder sobre as mulheres e o poder das mulheres. Nos casos das entrevistadas Eulália e Luciana, pode-se afirmar que as religiões exerceram o poder sobre as mulheres. Isso porque Eulália e Luciana se reportaram aos aspectos religiosos como determinantes de suas condições de empoderamento para enfrentar a violência. A primeira, na crença do sobrenatural como proteção para que não fosse morta pelas facadas dadas pelo ex-marido. A segunda, por receber o consentimento e o apoio de outro homem, um padre católico, para que se libertasse do jugo

do companheiro agressor. Em ambos os casos, prevaleceu o sentimento de piedade, de consentimento, de dever e de devoção, típicos das religiões monoteístas que estabelecem a hierarquia do masculino e do feminino.

Finalizando os relatos das entrevistadas que reconstruíram suas vidas após a ruptura com a violência conjugal, apresentam-se as falas da entrevistada Vera. Submetida a violências físicas e, sobretudo, sexuais, retomou as rédeas de sua vida e se empoderou por meio do trabalho. Contou com o apoio da filha e os primeiros passos para a separação foram incentivados por uma cliente, que é advogada.

O ponto final foi assim: Ele me pedia, falava que iria parar de beber e nada. E minha situação melhorou porque deixei de ser faxineira, montei um ponto de costura e comecei a ganhar bem e decidi que ia comprar uma moto e tirar minha carteira de habilitação. Pronto, ele não aceitou aquilo... Quando eu ia ter relação sexual e acabava, eu estava com dor, com nojo... Começava até a fazer vômito, de nojo. Então falava assim: "Isso não era mais vida!". Não tinha como viver aquilo mais. Eu estava sendo forçada. Então eu creio que, depois de todos os abusos, eu decidi me separar, porque eu já via que não tinha mais jeito. Ele estava bebendo cada vez mais, ele exalava álcool e aquilo estava me incomodando e foi o ponto final. Ele falava que ia parar de beber e pediu, que se eu ajudasse, ele iria parar. Isso foi num dia, quando passava dois dias, ele já estava bebendo de novo. Então falei assim: "Isso não tem mais jeito". Aí, minha filha falou assim: "Não, mãe, vamos separar sim". Então conversei com esta advogada, que era minha cliente. E ela pegou e me instruiu como fazer. Eu aluguei uma casa. Nessa época, uma menina quis me alugar uma casa por meio salário. A casa não era boa, muito ruinzinha mesmo. Depois, eu consegui outra mais em conta e mudei pra ela. Morei lá um bom tempo. Depois, a situação foi estabilizando, eu precisava comprar geladeira, eu precisava comprar tudo! Eu não tinha nada. A situação

foi estabilizando devagarinho, fui conseguindo comprar tudo de novo. Depois, eu fui morar no porão do meu pai. Eu falei pro meu pai: "Olha pai, eu vou morar aqui três anos. Depois eu vou conseguir minha casa". Acho que para o meu pai aquilo foi engraçado, né?! Uma pessoa que viveu quatorze anos casada, como que eu ia conseguir comprar uma casa em três anos? Graças a Deus eu consegui comprar minha casinha! Eu pago a prestação dela, mas eu tenho minha casa, o meu canto. Mas aí eu passei por isso tudo e eu vejo muitas mulheres falarem: "Ah, não separo porque não tenho condições de me manter". Mas eu consegui. Você tem que deixar muitas coisas, sabe. Não comprar uma roupa, não ir à festa. Não! É só trabalhar, trabalhar. Tinha vez que eu pegava no trabalho das 8 [horas da manhã] às 10 [horas] da noite para poder conseguir estabilizar minha situação. Hoje em dia, eu tenho a minha casa. Comprei pela Caixa, passei num concurso, agora sou funcionária da prefeitura. Minha filha tem o emprego dela, tem o carro dela. Então as coisas, dentro de dez anos, evoluíram. A casa que eu tenho hoje não chega aos pés do barraquinho que eu tinha naquela época [querendo dizer que a casa que adquiriu é melhor que a casa em que vivia durante o relacionamento com o ex-marido]. As pessoas vão ter que ver que a vida da gente tem que seguir em frente. Eu vivia uma vida de privação e não podia reclamar com meus pais (Vera, 2017).

A narrativa de Vera denota uma trajetória de muitos anos em situação de violência, mas demonstra superação e ruptura com a resignação que é imposta às mulheres que vivem sob esse contexto de sujeição a companheiros agressores. O fortalecimento individual de Vera encorajou-a no processo de reconstrução de sua vida fora da relação conjugal opressiva, na qual ela reescreve sua história. Nesse relato, ela descreve como foi conquistando, dia após dia, pequenos ganhos que impulsionaram sua autonomia até se empoderar através de um emprego estável e adquirir sua moradia.

As histórias trazidas, por meio das narrativas das mulheres que vivenciaram a violência de gênero em seus cotidianos, demonstram que a vida social se constitui de ações pessoais, da luta diária. Distingue-se, ainda, que a cidadania feminina ainda carece de constante vigilância e reivindicação. Viu-se que a maioria das integrantes do grupo pesquisado se reconhece na condição de empoderadas pelo recomeço de suas vidas. Superaram violências de diversos tipos, e, até mesmo, tentativas de feminicídio, mas, enfim, conseguiram retomar suas vidas, longe de seus agressores.